

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

Ameaçados pela Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeira da Providência - MG: Identidade territorial e redes sociais como elementos de resistência

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Autora: Aline Guizardi Delesposte
Orientador: Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski

Viçosa, MG
Novembro de 2008

Aline Guizardi Delesposte

Ameaçados pela Pequena Central Hidrelétrica de Cachoeira da Providência - MG: Identidade territorial e redes sociais como elementos de resistência

Prof. Dr Ronan Eustáquio Borges
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Márcia Pinheiro Ludwig
Universidade Federal de Viçosa

Viçosa, MG
Novembro de 2008

Dedico esse trabalho a todos os homens, mulheres, jovens, crianças e idosos rurais, que plantam na terra as raízes de suas vidas.

Agradecimentos

Agradeço à minha família tão linda, meu pai Evaldo, homem de garra e lutador, conhecedor e admirador da natureza, sabe e faz de tudo, é agrônomo, engenheiro, administrador, zootecnista, motorista, dono de casa, mágico, enfim, um grande Agricultor. E minha mãe Ana Maria, mulher de fibra e com fluído, mulher com raízes fortes e singela como flor, sabe ser médica, professora, dentista, psicóloga, costureira, cozinheira de mão cheia, enfim, uma Mulher rural. Obrigada pelo amor e pelos ensinamentos de uma vida simples!!!

Agradeço ao meu irmão Rafael e minha irmã Susana que nas brincadeiras, nas risadas, nas travessuras e no dia-a-dia, construíram comigo o verdadeiro valor da amizade, da irmandade e do companheirismo. Estaremos sempre juntos!!!

Agradeço a todos da grande família que torceram pra que eu chegasse até aqui. Obrigada!

Agradeço ao Lucas, amigo incondicional, companheiro de carona e namorado mais perfeito que Viçosa me proporcionou. Obrigada pela compreensão e paciência que teve durante as crises da monografia. Você é mesmo especial!

Agradeço aos amigos da “Cogumaça”, Lucas, Vanessa, Daniel, Bruno, Alex, Brisa e o Lúcio que sempre estiveram do meu lado, alegrando os dias e as noites de Viçosa.

Agradeço a Daiane amiga querida e a todos os amigos de Estrela do Norte! E aqueles que conheci aqui em Viçosa, a Diza, Nina, Aramis, Elaine. A galera da Geografia também. Obrigada!

Agradeço ao professor Klemens pela orientação, me ajudando com ótimas idéias e comentários e me acalmando nos momento de desespero. Obrigada!

Agradeço ao professor Franklin que me proporcionou conhecer a vida dos atingidos por barragens. Obrigada!

Agradeço a Serra do Brigadeiro pelos acampamentos!

Agradeço às caronas que me levaram de graça pra várias viagens em Minas Gerais!

Agradeço aos sonhos, pois através deles pude chegar até aqui!!!! Obrigada.

Resumo

Este estudo contribui para reflexão científica acerca da problemática das construções de barragens. Examina a afirmação e constituição das identidades territoriais de uma comunidade rural ameaçada pela construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) no município de Pedra do Anta, Zona da Mata de Minas Gerais. A população aqui analisada apresenta uma reação histórica de organização pautada na afirmação de suas identidades territoriais, fortalecendo o sentimento de proteção e defesa de seu território, sentimento este solidificado pela relação social dos agricultores com a terra. A relação território-identidade territorial se constituem aqui no sentido de ter como elemento constituinte o sentimento de pertencimento do indivíduo ou grupo com seu espaço de vivência. Diante disso, a análise das relações e constituição das redes sociais em escala local, municipal, regional e até nacional tornam-se relevantes nesse estudo e demonstram como as articulações dos ameaçados com diferentes instituições, membros da sociedade civil, movimentos sociais, podem contribuir no processo de resistência política dos ameaçados.

Palavras chaves: Redes sociais - identidade territorial – comunidade rural.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Lista de Siglas..... | 8 |
| Lista de figuras..... | 9 |
| Introdução..... | 10 |
| 1. A caracterização da área de estudo..... | 15 |
| 1.2. O histórico do processo de Licenciamento ambiental 1996 – 2008..... | 18 |
| 2. Território, identidade territorial e as redes sociais | 27 |
| 2.1 Território..... | 28 |
| 2.2 Identidade territorial..... | 30 |
| 2.3 Redes sociais..... | 33 |
| 3. Procedimentos metodológicos..... | 36 |
| 4. A luta contra as barragens no alto Rio Doce..... | 39 |
| 4.1. A (r)existência da população: criação da AMABCP..... | 43 |
| 4.2. A dimensão da luta contra a barragem ampliada pelas redes sociais..... | 48 |
| 4.3 A retomada da luta contra a barragem em 2008..... | 54 |
| 4.4. Novas articulações na luta..... | 57 |
| 5. A identidade territorial como significado de luta e resistência..... | 64 |
| 5.1. A manifestação da identidade territorial como resistência..... | 75 |
| Considerações finais..... | 79 |
| Bibliografia..... | 83 |
| Anexo..... | 85 |

Lista de Siglas

ADA: Área Diretamente Afetada

AIA: Área Indiretamente Afetada

AMABCP: Associação de Moradores Atingidos pela Barragem Cachoeira da Providência

ASPARPI: Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga

CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente

COPAM: Conselho Regional de Política Ambiental

CPT: Comissão Pastoral da Terra

EIA: Estudo de Impacto Ambiental

FEAM: Fundação Estadual do Meio Ambiente

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IGAM: Instituto Mineiro de Gestão das Águas

LP: Licença Prévia

LI: Licença de Instalação

LO: Licença de Operação

MAB-ARD: Movimento de Atingidos por Barragens – Alto Rio Doce

NACAB: Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens.

ONG: Organização Não Governamental

PCH: Pequena Central Hidrelétrica

RIMA: Relatório de Impacto Ambiental

SISNAMA: Sistema Nacional do Meio Ambiente

SUPRAM: Superintendência Regional do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UHE: Usina Hidrelétrica

Lista de Figuras

| | |
|--|----|
| Figura 1. Mapa de localização e delimitação da área de estudo..... | 16 |
| Figura 2. Reunião de preparação da AMABCP para audiência pública..... | 45 |
| Figura 3. Manifestação da população na reunião do COPAM em BH..... | 47 |
| Figura 4. Manifestação da população ameaçada na cidade de Pedra do Anta..... | 61 |
| Figura 5. População presente na audiência pública em Pedra do Anta..... | 62 |
| Figura 6. Carro de tração animal utilizado par transportar a produção..... | 70 |
| Figura 7. Área de produção agrícola nas várzeas próximas ao rio Casca..... | 71 |
| Figura 8. Vista do quintal de uma casa para o rio Casca..... | 74 |
| Figura 9. Manifestação dos agricultores em suas propriedades..... | 75 |

Introdução

Este estudo tem a intenção de abordar os conflitos socioambientais na construção de hidrelétricas, dando destaque ao fortalecimento das identidades territoriais e constituição das redes de relações sociais como estratégias de resistência da população ameaçada pela construção dos projetos hidrelétricos em Cachoeira da Providência, no município de Pedra do Anta¹, Zona da Mata de Minas Gerais.

A região da Zona da Mata é reconhecida historicamente pela diversidade das formas sociais de organização da agricultura, tendo maior agrupamento de pequenas propriedades e uma das maiores concentrações demográficas nas áreas rurais do estado de Minas Gerais. As práticas agrícolas centradas na utilização de insumos externos (fertilizantes, corretivos) contribuíram para deterioração ambiental e enfraquecimento da agricultura familiar da região. Apesar disso, a agricultura familiar vem mantendo sua importância, produzindo alimentos para o consumo interno da região e do estado, além de conservar costumes e tradições típicas da região tanto no modo de vida do meio rural como, nos meios de produção material e social os agricultores da região.

Em meados da década de 90, a Zona da Mata se tornava alvo de interesse para empresas proponentes de empreendimentos hidrelétricos. Havia mais de 15 projetos de construção de barragens na região, sendo que seis estavam projetados na bacia do Rio Doce (ZHOURI; ROTHMAN, 2008). A bacia hidrográfica do Alto Rio Doce vem sendo estudada desde a década de 60 por empresas estatais e privadas, devido sua grande capacidade hidráulica para produção de energia elétrica.

Esses projetos iriam ocasionar no Alto Rio Doce uma série de impactos socioculturais, econômicos e ambientais, como reflexo disso, a estratégia encontrada surgiu mediante uma intensa inquietação das populações ameaçadas por tais projetos, e uma mobilização de diversos grupos de apoio, como entidades ambientalistas e da sociedade civil.

Neste contexto que se inicia a mobilização da comunidade de Cachoeira da Providência contra a instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) na comunidade. Este processo teve início em 1992, ano no qual se iniciou o procedimento de licenciamento ambiental do empreendimento, sendo a empresa Companhia Força e Luz Cataguazes

¹ A escolha da comunidade a ser estudada partiu da participação no projeto de extensão desta universidade, o “Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens na Zona da Mata Mineira” (PACAB), através das idas a campo em Pedra do Anta para fazer o trabalho de levantamento socioeconômico das propriedades ameaçadas pela construção da PCH Cachoeira da Providência.

Leopoldina (CFLCL) responsável pelo consórcio de concessão de construção da hidrelétrica. Esta conjuntura conduziu a população para uma ação reivindicatória pautada na organização e na mobilização comunitária, que repercutiu na criação de uma associação local, a Associação de Moradores Atingidos por Barragens (AMABCP).

Além disso, outros atores começaram atuar junto à comunidade na luta contra o empreendimento. Estes atores foram os movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as organizações não governamentais, a Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga² (ASPARPI), o Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens³ (PACAB) e populações vizinhas que já haviam sido afetadas ou que estavam sendo ameaçadas por outras hidrelétricas.

Dessa forma surge uma luta da população ameaçada sustentada numa reação política, posto que a afirmação da territorialidade e da identidade territorial dos agricultores passa ganhar visibilidade e significância, sendo forjada no cotidiano de vivência da comunidade. Cabe explicitar que o processo de articulação da população ameaçada com os atores acima citados, surgiu como uma estratégia para somar forças diante do quadro que a empresa construtora apresentou a comunidade de Cachoeira da Providência.

As parcerias entre os atores externos, se farão por meio de uma teia, que aqui se denomina rede de relações sociais. Dessa forma, surge a constituição de redes territoriais e sociais, levando às relações solidárias interligadas em dimensões sociais, políticas, temporais e espaciais. Observou-se que a expansão da atuação de todos os atores envolvidos no processo de mobilização contra a construção da hidrelétrica, contribuiu para que cada movimento saísse de sua escala local, regional expandindo assim a espacialização das lutas e resistência em territórios distintos.

Essas redes de relações sociais implicaram na territorialização da luta pela defesa e permanência do território dos ameaçados, constituindo-se o elo de uma aliança

² A ASPARPI é uma associação que é representada por todos os pescadores e moradores das áreas próximas ao Rio Piranga, essa associação é constituída por todos os municípios que fazem parte da bacia do rio Piranga.

³ Este projeto já está registrado na Universidade Federal de Viçosa desde 1996. Até o ano de 2001 era reconhecido como NACAB, um grupo interdisciplinar de pesquisa e assessoria. Nesse mesmo ano visando o fortalecimento da assessoria, foi fundada uma ONG, denominada Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB). A partir de então o projeto de extensão passou a ser chamado de PACAB.

que garantiu a visibilidade e protagonismo na luta contra a barragem. Desse modo, os sujeitos envolvidos manifestaram a participação no processo de licenciamento ambiental do empreendimento e o fortalecimento das forças sociais locais. A atuação e participação de todos esses atores resultaram no indeferimento da concessão de construção do projeto da UHE em Cachoeira da Providência no ano de 2000.

No ano de 2004, a empresa Cataguazes-Leopoldina construções, indústrias e serviços (CAT-LEO) antiga CFLCL surge com uma nova proposta, a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) em Cachoeira da Providência⁴. Por esta razão, o processo de resistência e organização da população através da AMABCP, foi reacendido devido à insistência da empresa empreendedora em obter a concessão de construção do empreendimento, assim a comunidade retoma sua atuação de resistência política, a partir das forças locais.

O processo de concessão da licença ambiental da PCH Cachoeira da Providência se estendeu até meados de 2008. Nesta etapa do processo de resistência e reação contra o empreendimento se apresenta mais localizada na comunidade, se estruturando e se manifestando a partir dos elementos territoriais construídos pela relação material, simbólica dos agricultores da localidade. É importante ressaltar que os vínculos mediados pelos atores externos que outrora havia se apresentado com uma reação ativa de articulação da luta, agora tiveram papel menos expressivo quanto à organização da comunidade.

A partir deste contexto, evidenciamos que a população apresenta uma reação histórica de luta e resistência que aumenta o sentimento de proteção e defesa do território. Acreditamos que o que leva a mobilização dos agricultores em relação à instalação da PCH na região é o sentimento de defesa de um território, defesa de suas propriedades e comunidade, através da afirmação e do reconhecimento das identidades territoriais, que se expressam e se manifestam de diversas maneiras. Neste sentido, torna-se pertinente identificar como as reações de luta pela defesa do território se mantiveram entre o grupo ao longo do processo licenciamento dos empreendimentos hidrelétricos propostos para a localidade, verificando se houveram resignificações ou até mesmo novas identidades territoriais por parte dos ameaçados.

⁴ O primeiro projeto apresentado, a UHE de Cachoeira da Providência, tinha o eixo de barramento situado na localidade Cachoeira da Providência, o que justifica a denominação do empreendimento que afetaria mais localidades. Já no projeto da PCH o nome continuou o mesmo, porém o eixo de barramento estaria localizado na localidade de Sumidouro, que fica 3 Km rio acima do antigo barramento.

É válido ressaltar que na área de estudo aqui apresentada, já foram desenvolvidos dois trabalhos que elevam a discussão do conflito gerado pela possível construção das hidrelétricas na localidade. Um desses estudos procurou abordar a participação da população da comunidade no processo de licenciamento ambiental da construção da UHE em Cachoeira da Providência até o ano de 2000. O outro trabalho se apresenta como uma análise etnográfica da comunidade de Cachoeira da Providência e destaca a visão da população mediante o projeto de construção da UHE.

Apesar disso, este estudo tem grande importância para a discussão geográfica, pois trata de uma abordagem territorial como uma forma de discutir a realidade da comunidade rural de Cachoeira da Providência, considerando o fortalecimento da identidade territorial dos atingidos que se torna o principal argumento para a reação contra a barragem. Além de destacar o papel das redes sociais que atuam nesse processo fortalecendo as ações coletivas dos atingidos. Desse modo, esta análise se torna relevante, na medida em que destaca a revalorização, a defesa do território e a afirmação de identidades territoriais por parte da população que se encontra ameaçada, englobando esferas que enriquecem a discussão geográfica como a cultura, a política, o social e meio ambiente.

Este estudo se encontra dividido em cinco capítulos. O primeiro, “Caracterização da área de estudo” localizamos a comunidade no espaço e situamos o processo de licenciamento ambiental do projeto ao longo dos anos de 1996 a 2008. O segundo capítulo “Território, identidade territorial e redes sociais” apresentamos a discussão conceitual a respeito das idéias de território, identidade e redes sociais, buscando compreender o território como palco de construção e afirmação das identidades territoriais e como se dão suas articulações em redes no processo de luta.. No terceiro, “Procedimentos metodológicos” é explicitada a metodologia utilizada para construção deste estudo. No quarto “A luta contra as barragens no Alto Rio Doce”, abordaremos o início da resistência da população com a criação da AMABCP, seguido da articulação e presença de outros atores que somaram forças através das redes de relações sociais e territoriais para fortalecer o processo de organização e defesa do território contra a instalação da UHE. Depois disso, apresentaremos a retomada da luta pela população diante do novo projeto que se configura, a PCH de Cachoeira da Providência demonstrando a ação de resistência localizada e as novas articulações e que surgiram no atual processo de luta. O quinto e último capítulo, evidenciaremos a exposição da relação histórica e social dos ameaçados com o território, neste momento discutiremos

de que maneira as identidades territoriais presentes entre os ameaçados se expressam, e a partir disso demonstraremos como se manifestam as territorialidades dos ameaçados pela hidrelétrica em momentos distintos da luta e resistência, tanto nas reuniões da AMABCP, como na audiência pública do empreendimento.

1. Caracterização da comunidade de Cachoeira da Providência

O contexto aqui analisado refere-se à possível construção de uma barragem localizada na Bacia hidrográfica do Rio Casca, no município de Pedra do Anta na Zona da Mata Mineira. Este fato situa-se num território rural, no qual apresentamos três localidades que seriam afetadas, Morro Vermelho, Sumidouro e Cachoeira da Providência.

Cabe destacar que a proposta de construção da PCH de Cachoeira da Providência ajusta as localidades como se estas fossem um único território afetado, apesar das semelhanças no processo de formação histórica, dos modos de produção, nas manifestações sócio culturais e ambientais do território rural em questão, é importante estruturar o cenário das localidades como distintos para reconhecermos como a estruturação do movimento de resistência contra a barragem se especializou nas comunidades.

O levantamento apresentado no EIA/RIMA (2004) elaborado pela empresa de consultoria ambiental ESSE engenharia, contratada pelo empreendedor do projeto, considera apenas 40 propriedades afetadas. No entanto, segundo o levantamento realizado pelo Projeto PACAB a totalidade das propriedades que seriam afetadas com a construção do empreendimento, gira em torno de 94 propriedades localizadas ao longo do Rio Casca. Estas propriedades que compreendem a área de estudo estão inseridas na Área Diretamente Afetada (ADA), que corresponde às áreas que seriam afetadas pelo reservatório, junto àquelas que se encontrariam entre o eixo do barramento e a casa de força, além dos trechos onde seriam implantadas as infra-estruturas construtivas e de apoio num processo mais adiante. Podemos visualizar a localização das propriedades nas áreas do entorno do projeto no mapa a seguir.

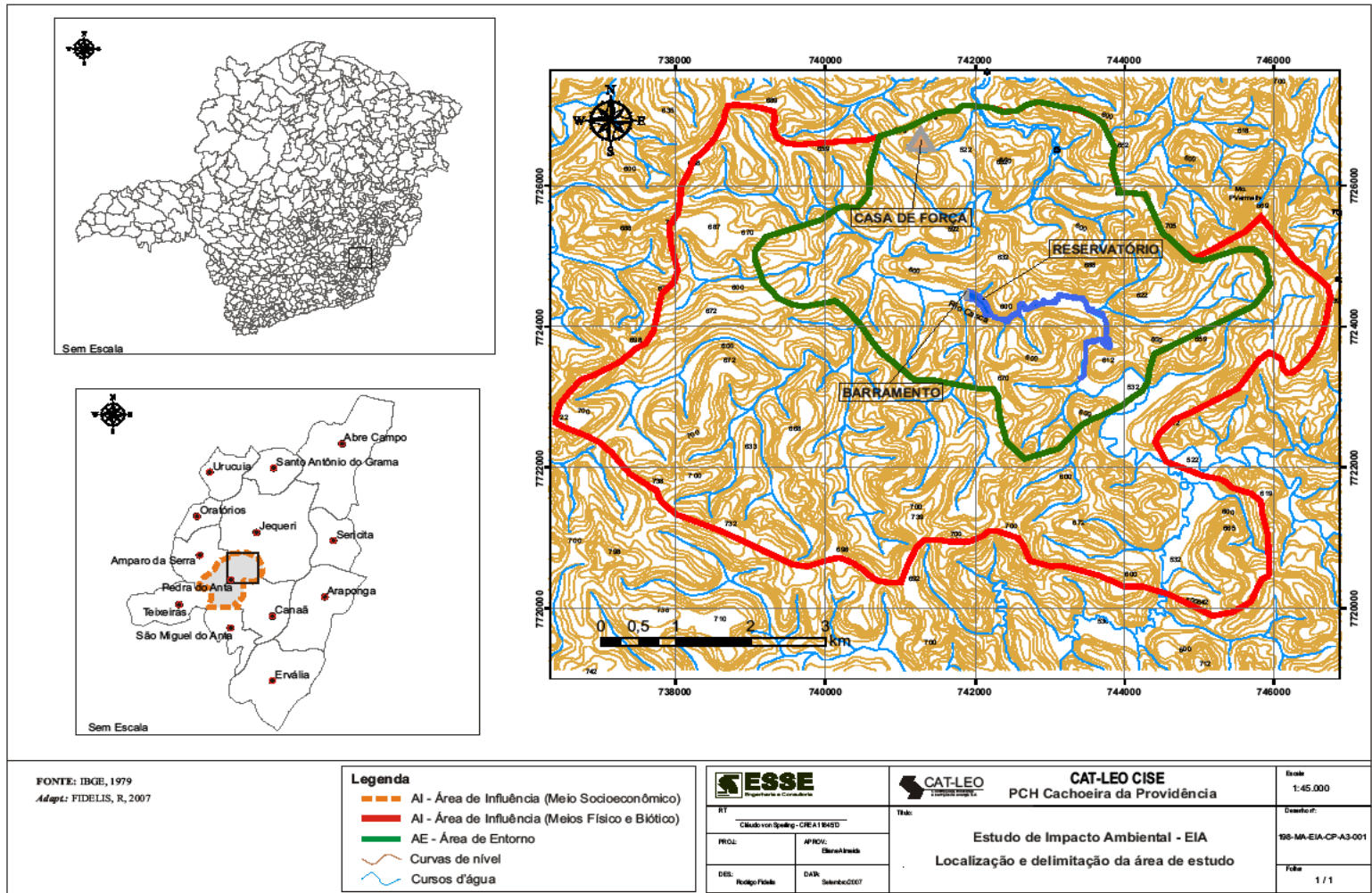


Figura 1. Mapa de localização e delimitação da área de estudo. Fonte: ESSE engenharia, 2004.

O rio Casca pertencente à bacia do Alto Rio Doce, apresenta características físicas de domínio estrutural, correndo, hora, em vales encaixados, hora, em vales abertos. Destacam-se como afluentes o rio Santana, os córregos São Pedro do Anta, Morro Vermelho e Laranjeiras. O trajeto da cidade de Pedra do Anta até a comunidade de Cachoeira da Providência é configurado por Planaltos que se caracterizam por colinas, apresentando culminância ampla e aplainada. O vale em que a maioria das propriedades rurais da comunidade aqui analisada está localizada, tem uma distância de 10 Km da cidade de Pedra do Anta.

De acordo com o levantamento socioeconômico realizado pelo NACAB em 2008, as propriedades ameaçadas pela possível construção da PCH que se localizam nas margens do rio Casco possuem as seguintes características no que diz respeito à dimensão: das 37 propriedades na margem direita, 21 são propriedades entre 10 a 30 hectares. Com menos de 10 hectares são 9 propriedades, com mais de 30 hectares são 4 propriedades e com mais de 50 hectares são apenas 3 propriedades.

Na margem esquerda das 57 propriedades destacam-se 20 com menos de 10 hectares e aquelas entre 10 a 30 hectares representam 23 propriedades. As que possuem mais de 30 hectares são 8 e com mais de 50 hectares são 6 propriedades. Dessa forma, é possível observar a predominância de pequenos e médios estabelecimentos rurais na área de estudo. Já no projeto de construção da UHE devido à maior abrangência do reservatório, o número de propriedades afetadas seria maior, sendo que existiam propriedades que apresentavam grandes áreas.

As atividades econômicas da comunidade são baseadas na produção ligadas à agricultura e pecuária, as atividades atreladas ao turismo possuem pouca visibilidade, somente um agricultor que possui em sua propriedade uma estrutura de um camping com banheiro e bar próximo do rio e que nas temporadas de verão retira uma renda que auxilia as despesas familiares.

Quanto às infra-estruturas como telefone público, posto de saúde, iluminação pública, escola não são oferecidas na comunidade, devido à proximidade da cidade de Pedra do Anta, onde são oferecidos esses serviços. Podemos observar que alguns proprietários já possuem o serviço de celular rural, mas devido o preço elevado sua instalação ainda é restrita. Cada localidade mencionada acima possui uma capela da igreja católica, onde são celebradas missas regularmente todos os meses.

1.2 O histórico do processo do licenciamento ambiental de 1996-2008

Para melhor compreendermos o histórico de resistência e defesa do território dos agricultores da comunidade de Cachoeira da Providência contra a instalação da PCH, é necessário fazer um resgate cronológico apresentando a trajetória dos principais fatos que ocorreram desde o início do processo de licenciamento ambiental do referido empreendimento iniciado no ano de 1992, sendo que o projeto pretendido para a área era de uma Usina Hidrelétrica. Em seguida, entraremos na sistematização do novo processo de licenciamento ambiental que se refere à PCH iniciado a partir de 2004 e que ganhou repercussão e importância até meados de 2008.

É necessário discorrermos brevemente sobre o processo de licenciamento ambiental para empreendimentos hidrelétricos que ocasionam impactos socioambientais. Pois, é a partir do início do processo de licenciamento que se iniciam os conflitos dentro das comunidades, surgem novos atores que atuam juntamente com as populações.

Dessa forma, é válido apresentar como se organiza o processo de licença ambiental, em que momento a participação pública se apresenta como direito de posicionamento e esclarecimento de dúvidas a respeito do empreendimento. Iremos apresentar a instituição do licenciamento ambiental na Constituição Federal, esclarecer a organização do Sistema de Política Ambiental em Minas Gerais e por fim explicar quais são as etapas do licenciamento ambiental.

Segundo Rothman (2008b), em 1981 foi sancionada a Lei Nacional de Política Ambiental que exige a licença ambiental como pré-requisito para instalação de atividades potencialmente degradantes dos recursos ambientais. A legislação ambiental ainda foi regulamentada pela Resolução 001, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), do qual exigiu que as empresas proponentes de projetos de construção de hidrelétricas elaborassem Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMAs).

Na legislação e regulamentação supracitadas, movimentos populares e outros grupos da sociedade civil teriam o direito de participar no processo de avaliação de impactos ambientais mediante audiências públicas, que teriam como objetivos a apresentação e os comentários sobre o EIA/RIMA. Essa difusão das preocupações com problemas socioambientais, surgiu também devido o processo de democratização,

ascensão dos movimentos ambientalistas, pressão da sociedade civil e resistência das populações ribeirinhas.

No que diz respeito à organização do Sistema de Política Ambiental do estado mineiro, o Conselho de Política Ambiental (COPAM) surge como órgão integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Ao COPAM é encaminhado a função de formular normas técnicas e padrões de qualidade ambiental, portanto, é o órgão responsável pela formulação e execução da política ambiental em Minas Gerais. A partir de 2003 com a política de descentralização do COPAM as instâncias de decisão passaram ser divididas por regiões, viabilizando a operacionalização administrativa e a agilidade dos processos de decisão da concessão de licença ambiental dos empreendimentos.

Com a regionalização do COPAM, foi criado em 2004 outro órgão de apoio técnico ao conselho a Superintendência de Política e Desenvolvimento Sustentável (SUPRAM) que igualmente à Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) colabora com os argumentos técnicos concedendo a decisão de deferimento ou indeferimento dos projetos. O posicionamento técnico da FEAM e SUPRAM se formam a partir das análises do EIA/RIMA apresentado pelo empreendedor como requisito para a avaliação da viabilidade ambiental do projeto proposto, assim como das informações apresentadas pela população local durante a audiência pública (ZHOURI; LACHEFSKI; PAIVA, 2005).

O licenciamento ambiental deve atender aos preceitos da sustentabilidade, de maneira que as perdas e prejuízos sócio-ambientais, culturais, econômicos sejam minimizados e/ou devidamente compensados. As três fases de licença ambiental correspondem à Licença Prévia (LP) consiste na apresentação do EIA/RIMA. Dada a permissão da LP à empresa, começa o processo de desocupação da área e construção da hidrelétrica quando concedido a Licença de Instalação (LI) e por fim a Licença de Operação (LO) que autoriza o funcionamento da hidrelétrica (ZHOURI; LACHEFSKI; PAIVA, 2005).

Sobre a elaboração de EIA/RIMA, a pesquisa realizada pela FEAM (1998) aponta de acordo com a Resolução 001/86 do CONAMA, devem incluir-se ao estudo ambiental da área de influência, os aspectos naturais, os meios físico, biológico e socioeconômico; o diagnóstico dos impactos positivos e negativos, as prováveis medidas mitigadoras e um programa de acompanhamento dos impactos positivos e negativos do empreendimento na área onde instalado.

Depois dessa breve explanação acerca das estruturas e procedimentos do licenciamento ambiental, retornemos à trajetória dos fatos que marcaram o processo de licenciamento da hidrelétrica em Cachoeira da Providência.

A crise do governo brasileiro no fim da década de 80 e início de 90 fizeram com que o projeto nacional desenvolvimentista sofresse um ajuste estrutural, sendo este substituído pelas políticas neoliberais, que favoreceram o processo de privatização do setor elétrico (empresas privadas e estatais). Esta nova dinâmica adotada para o desenvolvimento e o crescimento econômico do setor elétrico, esteve pautada numa racionalidade produtiva, que torna o homem e o território submissos ao mercado (ROTHMAN, 2008a).

A intencionalidade das empresas privadas e transnacionais em produzir energia elétrica para suas próprias indústrias, conduziu a realização de estudos de viabilidade ambiental em diversas bacias hidrográficas, com a finalidade de implantar novos projetos hidrelétricos. Um exemplo do aqui se afirma está a bacia hidrográfica do rio Doce, do qual o rio Casca é integrante. Devido sua grande capacidade e suas dezenas de afluentes que a compõem, muitas empresas passaram a planejar e inserir novos aproveitamentos hidrelétricos nessa bacia.

A Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina (CFLCL) uma empresa privada, demonstrou interesse quanto ao potencial hidrelétrico disponível no Rio Casca, e em 1992 alguns estudos de viabilidade ambiental para implantação de uma UHE em Cachoeira da Providência. Em setembro do referido ano, foi entregue à FEAM (então responsável pela análise técnica da viabilidade ambiental do projeto) o EIA/RIMA do referido projeto com a finalidade de alcançar o início do processo de concessão da licença ambiental.

Segundo Cardoso; Jucksch (2008) foram encontradas nesse EIA/RIMA informações no que se refere à geologia, geomorfologia, solos, hidrologia, muito generalizadas colocadas em uma escala que não permitia uma boa caracterização da área com vistas a discutir as qualidades e potencialidades das pequenas propriedades a serem afetadas pelo empreendimento.

Mediante essa e outras falhas que foram destacadas pela FEAM, a análise obtida foi de que os estudos do projeto apontavam uma inconsistência e insuficiência de informações. No início de 1995, foi realizada uma reunião na FEAM com a participação de técnicos da referida fundação e da empresa de consultoria ESSE engenharia e Consultoria Ltda., empresa então responsável pela elaboração dos estudos de impacto

ambiental do empreendimento. A reunião teve a função de esclarecer as dúvidas da nova empresa de consultoria quanto às falhas presentes no estudo de impacto e também serviu para FEAM solicitar informações complementares ao EIA apresentado em setembro de 1992. Essas informações solicitadas foram entregues à FEAM em setembro de 1995 (ESSE, 2004).

Um mês após a entrega desses documentos a FEAM pediu novamente que a empresa de consultoria ESSE engenharia, representante da CFLCL, apresentasse novas informações complementares ao estudo. Em fevereiro de 1996 foi enviado novamente à FEAM, o EIA que conforme o pedido deste órgão consolidava todas as informações dos Estudos complementares solicitados desde setembro de 1992 até a presente data. Em março, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) também foi entregue à FEAM para análise (ESSE 2004).

O projeto da UHE Cachoeira da Providência tinha como previsão a geração de 12MW, ameaçando os municípios de Pedra do Anta, Jequeri e Canaã com uma área de reservatório de 4,5 Km², com elevação do nível da água de 534m (ESSE, 2004).

Nos estudos ambientais organizados pelo empreendedor, havia cerca de cento e quarenta e uma famílias que tinham algum tipo de vínculo com a área diretamente afetada pela barragem. Assim, eram ao todo trezentos e cinquenta e oito indivíduos diretamente afetados pelo empreendimento (REZENDE, 2003).

Conforme observa Cardoso; Jucksch (2008) o EIA/RIMA produzido pela empresa ESSE considerou a região da Zona da Mata Mineira uma região estagnada com desenvolvimento de uma agricultura atrasada e sem valor econômico considerável. Tal estudo tem um referencial de que a região encontrava-se significativamente deteriorada no âmbito ambiental (perda da diversidade, poluição por agrotóxicos, desmatamento, erosão, poluição das águas) e uma agricultura familiar enfraquecida (êxodo, dependência econômica do café, da monocultura etc.) na região.

No entanto, a agricultura familiar desvalorizada no estudo apresenta importância vital para a região, tanto na produção de café, de leite, quanto na produção de alimentos para o consumo interno do mercado regional e estadual, sendo que as principais áreas de desenvolvimento dessa produção concentravam-se nas terras ribeirinhas.

Após a finalização e entrega do EIA/RIMA pela empresa ESSE, a comunidade que estava diretamente envolvida no processo construção do empreendimento solicitou a realização de uma audiência pública em maio de 1996. A comunidade de Cachoeira da Providência iniciou uma mobilização da população local no ano anterior à audiência do

projeto com a articulação de atores externos como o MAB, a CPT, o grupo de pesquisa e assessoria NACAB e a ASPARPI. E antes da realização da audiência foi constituída a AMABCP para que houvesse maior participação e influência da população no processo de licenciamento ambiental (REZENDE, 2003).

Posteriormente à audiência em Pedra do Anta, no mês de junho de 1996, a FEAM elaborou um parecer técnico sugerindo o indeferimento da LP, mas dando condições à ESSE engenharia para que novas informações quanto às falhas presentes no estudo ambiental fossem corrigidas. Apenas em junho de 1998 as informações complementares foram entregues a FEAM pela equipe técnica da empresa de consultoria. A razão pela demora da obtenção das informações complementares esteve ligada à resistência dos proprietários em impedir que a empresa refizesse em suas terras novas medições.

Nesse momento a reação da comunidade em geral foi retirar os piquetes que a empresa tinha fixado em alguns pontos das propriedades, estas marcas indicavam até onde a água do reservatório iria chegar. A empresa só conseguiu terminar o levantamento com o auxílio da polícia, que teve que acompanhar a equipe ao longo da comunidade, fato que teria assustado os moradores. Estes por sinal acharam um desrespeito a empresa chegar com um monte de policiais armados como se os moradores da comunidade fossem marginais.

Após as várias informações complementares solicitadas pela FEAM aos estudos ambientais elaborados pela equipe técnica do empreendedor, foi realizada uma segunda audiência pública. Nessa audiência a população teve uma significativa expressão, manifestando-se contra a instalação do empreendimento. O grupo NACAB que atuava prestando assessoria à comunidade ameaçada, também teve grande importância com sua participação durante essa audiência pública.

Os pareceres técnicos elaborados pelo NACAB mais uma vez indicaram erros no estudo, nestes o grupo pediu o indeferimento do projeto, pois o estudo depois de tantas complementações feitas ainda mostrava análises inconsistentes e de má qualidade. O NACAB apontou que a empresa fez cópias de diversas páginas de outro EIA/RIMA de outro empreendimento que seria construído nas proximidades do município de Pedra do Anta, isso demonstrou que a empresa nem ao menos estava tendo seriedade e profissionalismo na elaboração dos estudos de impacto ambiental e que esses dados apresentados não eram de confiança (REZENDE, 2003).

Após a efetivação desta, foi feito um parecer técnico pela FEAM, apoiado nos inúmeros questionamentos, principalmente, quanto ao fator socioeconômico, advindos das audiências públicas durante o processo de licenciamento. Tais questionamentos foram provenientes dos impactos socioeconômicos que acarretaria às propriedades rurais de grande porte, localizadas a 3 a 4 Km a montante (antes do eixo de barramento) além das dezenas de pequenas propriedades localizadas ao longo da foz do rio Casca e rio Santana, bem como as estradas vicinais (ESSE, 2004). Os erros presentes no EIA/RIMA impediram a aprovação do Projeto Básico por parte do órgão ambiental, decisão que levou o empreendedor a desistir do empreendimento no ano de 2000, sem o julgamento da Licença Prévia pelo COPAM.

No ano de 2004 a empresa CAT-LEO construções, indústrias e serviços de energia (antiga CFLCL) contrata a Poente Engenharia e Consultoria para realizar um novo projeto básico fazendo alterações no arranjo geral, inclusive o posicionamento do eixo de barramento apresentado nos Estudos do Projeto Básico/1998. O novo projeto foi adequado de forma que a nova proposta que passa ser considerada é a construção da PCH Cachoeira da Providência, que manteria a potência instalada do projeto anterior, reduzindo apenas o tamanho do reservatório, tanto em extensão quanto em largura, medidas essas que segundo a empresa atenuariam os impactos socioeconômicos e ambientais.

Depois disso a empresa de consultoria ESSE engenharia retornou como responsável pela realização do estudo de impacto ambiental. A CAT-LEO solicitou em documento enviado a SUPRAM, informando e requerendo a alteração de sua razão social para ENERGISA Soluções S.A. Em 2007 a equipe técnica da ESSE retornou à comunidade de Cachoeira da Providência para elaborar alguns estudos de complementação do projeto e protocolou o Formulário de Caracterização do Empreendimento Integrado – FCEI à SUPRAM, dando entrada novamente ao pedido de Licença Prévia.

No projeto atual a casa de força manteve-se no mesmo local, alterando-se a localização do barramento. A PCH Cachoeira da Providência constou dos Estudos de Projeto Básico de 1998 com a potência prevista de 12MW, posteriormente outorgada para 11,7 MW pela ANEEL para o atual projeto, a elevação do nível da água do reservatório passa de 530m para 526m, dessa forma o reservatório da PCH fica praticamente restrito à calha natural do rio Casca. A vida útil do reservatório no projeto

anterior foi estimada em 50 anos e no atual 30 anos. No projeto da PCH houve uma redução das propriedades afetadas, que diminuindo o número para 40 propriedades.

O túnel adutor no projeto anterior tinha 267,7 metros de comprimento e no projeto atual tem-se a construção de um túnel que sairia do eixo de barramento e iria até a casa de força somando uma distância de 2212m de comprimento. Dessa forma segundo o PACAB, os dados apresentados no EIA não demonstram subsídios suficientes para avaliar o real impacto desse túnel sobre o meio físico, biótico e sócio econômico, que poderia ocasionar a diminuição da vazão do rio a jusante (depois do barramento).

Apesar disso a empresa não menciona no EIA o fato de que o trecho de 6Km do rio Casca desde o barramento até a casa de força possa diminuir sua vazão e até mesmo secar nas épocas de estiagem. Ao longo deste trecho do rio encontram-se diversas propriedades de agricultores que dependem diretamente do rio pra captar água para irrigação de suas plantações, dessedentação de animais, a utilização do rio como lazer dentre outras funções.

No período de elaboração dos estudos ambientais de um empreendimento, a legislação ambiental garante a participação pública para implementação desse estudo. Nesse sentido, as comunidades locais teriam oportunidade de participarem do processo de construção e definição dos aspectos a serem considerados na elaboração dos estudos de impactos ambientais. O marco de referência para tal estudo deveria ser discutido com a comunidade ameaçada, para que suas demandas pudessem ser abarcadas (ZHOURI; LASCHEFSKI; PAIVA, 2005).

No entanto, durante todo o processo de levantamento e elaboração do EIA/RIMA referido acima, a população da comunidade de Cachoeira da Providência não teve participação. Isso pôde ser observado desde o início do processo de licenciamento ambiental, pois a empresa de consultoria simplesmente apareceu nas propriedades falando que a comunidade iria contribuir com o desenvolvimento do país e que eles iriam construir uma barragem para gerar energia, essa situação perdurou após a proposta do projeto da PCH.

Esta circunstância foi destacada durante as entrevistas, no momento em que os entrevistados foram questionados se a empresa ENERGISA procurou a comunidade para conversar sobre os planos de se construir uma barragem na região e de se fazer um estudo dos impactos ambientais na área. As falas a seguir esclarecem como foram as intervenções dos técnicos na comunidade.

O pessoal da empresa chegou aqui e não falou nem quem era só saiu medindo tudo, a casa, curral, tudo e fincando piquete nos alto. Uma moça que tava com eles que falou que a gente ia dar desenvolvimento pra região, mas pra mim esse desenvolvimento não presta. (Depoimento de uma proprietária de Sumidouro, entrevista em 09/10/2008).

No início eles vieram aqui, mas vieram com desaforo foram entrando de qualquer jeito no quintal, sem pedir uma licença e marcaram tudo, ai eu briguei com eles, tem que brigar pelo que é da gente, o meu pedaço aqui é muito importante. (Depoimento de uma proprietária de Morro Vermelho, entrevista em 09/10/2008).

Vieram a 14 anos atrás, mas já chegaram aqui marcando as terras e fazendo proposta pro pessoal vender as terras sem mais nem menos, como se a hidrelétrica fosse construída em pouco tempo, mas o que aconteceu é que só fui ver essa gente da empresa na audiência pública, e lá eles falaram que fizeram levantamento de tudo eu nem sei o que eles levantaram, são um pessoal mal caráter. (Depoimento de um proprietário de Cachoeira da Providência, entrevista em 09/10/2008).

Nunca fui procurado, até no dia que essa gente veio aqui em casa eu tava em Viçosa e nem vi a cara deles, que fizeram foi levantamento, nem deram nenhuma satisfação e até hoje que essa barragem tá no papel e não vieram falar com a gente, a empresa só fica quietinha. (Depoimento de um proprietário de Cachoeira da Providência, entrevista em 09/10/2008).

Desse modo, podemos observar que o processo de licenciamento ambiental que pela resolução no CONAMA deveria ser um estudo em que a participação de todos os envolvidos no projeto de construção de uma hidrelétrica fosse pública, demonstra que no caso de Cachoeira da Providência tal fato não ocorreu. A participação e espaço para a população dizer o que pensa a respeito dos estudos de levantamento da área, dizer qual seu posicionamento sobre a construção da hidrelétrica, mostrar pontos do estudo que não concordam, só aconteceu durante a participação na audiência pública.

Assim no dia 27/08/2008, atendendo a uma solicitação da empresa ENERGISA, foi realizada uma Audiência Pública para apresentação do projeto da PCH para a comunidade, a Prefeitura, órgão ambiental, dentre outros. Nesta, a população mostrou-se terminantemente contra a implantação da PCH Cachoeira da Providência no município de Pedra do Anta, no Rio Casca. Assim como nas audiências anteriores, a população se organizou através da AMABCP discutindo nas reuniões locais o que poderia ser dito durante a audiência pública em Pedra do Anta.

Foi apresentado um “Contra Estudo⁵”, realizado pelo NACAB, na ADA – Área Diretamente Afetada pela PCH Cachoeira da Providência e citado na Audiência Pública de 27 de agosto de 2008 realizada no município de Pedra do Anta, e apresentado à SUPRAM-ZM. Segundo o “contra estudo” no EIA/RIMA elaborado e apresentado pela empresa havia a ausência de propriedades que seriam afetadas, o EIA menciona 22 propriedades no trecho do reservatório e 18 propriedades no trecho de vazão reduzida, num total de 40 propriedades. O trabalho apresentado em contraposição ao EIA/RIMA indica que a construção da PCH Cachoeira da Providência afetará 37 famílias localizadas a margem direita do Rio Casca e 57 na margem esquerda. Esse contra-estudo apresentado pelo NACAB ainda menciona devida valoração das propriedades, com suas respectivas benfeitorias e maquinário.

O PACAB também apontou uma falha em relação à classificação e aos levantamentos do solo da região. Ao contrário dos estudos da ESSE -Engenharia o solo predominante na região não é o Nitossolo (que é um solo mais firme, com pouca tendência para erosão). Além disso, no EIA faltam fotos dos perfis do solo onde foram retiradas as amostras. Segundo as pesquisas do PACAB os solos predominantes da ADA são Argissolos (solo com grande presença de argila, e facilidade para erodir). Ainda segundo a PACAB, não há clareza se o empreendedor realizou estudos no campo próprios ou apenas obteve as informações sobre os solos através de fontes secundárias.

Segundo o parecer da SUPRAM indexado ao processo de Licenciamento ambiental deste empreendimento, não foi apresentado nenhum documento ou certidão à Prefeitura Municipal de Pedra do Anta onde o empreendedor pretende instalar a hidrelétrica, alegando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em harmonia com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo. Tal documento é fundamental na instrução de qualquer processo de licenciamento ambiental.

O longo processo de licenciamento ambiental da hidrelétrica aqui exposta demonstrou como se realizam os procedimentos para construção de uma obra de infraestrutura. Esta por sinal depende de ser analisada pela visão de todos os atores que estão envolvidos pelo projeto, pois a construção de uma hidrelétrica pode causar grandes transformações e impactos que são sentidos e vividos por todos esses atores, mas de maneira e intensidade distintas.

⁵ Este termo passa ser utilizado pela equipe do PACAB para denominar os estudos e análises feitas através da perspectiva e leitura crítica do EIA/RIMA, apontando as falhas e a inconsistência dos estudos de impacto ambiental elaborados pela empresa de consultoria contratada pelo empreendedor.

2. Território, identidade territorial e as redes sociais

A comunidade ameaçada pela PCH Cachoeira da Providência constitui, a nosso ver, um bom exemplo para analisar a articulação Território - Identidade territorial - Redes sociais, a partir dos processos que envolvem os sujeitos e suas relações nos espaços onde vivem.

Tais categorias são apresentadas de forma distinta, mas elas tornam-se interdependentes. O território apreende diversas instâncias do espaço geográfico, sendo capaz de abranger não apenas sua dimensão econômica, mas política, cultural, sócio-ambiental. Aqui o território se apresenta como o lócus onde se concebe as raízes e identidades de um grupo, de forma que este grupo pode tornar-se incompreensível sem o seu território, pois a identidade sócio-cultural estaria atrelada aos atributos do espaço concreto (atributos naturais e socialmente construídos).

Pode-se dizer que, as identidades territoriais são formadas pelo elo território e cultura, e aquela se concretiza quando um referencial espacial se mostra como componente central para a identificação e atuação política do grupo, que é ativada em diversos momentos, como instrumento de reivindicação política-identitária.

A partir deste entendimento, Milton Santos (2006) diz que, a interação afetiva e material advindas de práticas espacializadas por parte dos indivíduos e grupos passando do natural para um espaço social que foi se modificando através do trabalho, dá suporte ao surgimento e fortalecimento de uma identidade territorial que se estabelece por meio da interação do homem com o espaço.

Temos assim, um campo de atuação que possibilita pensar a perspectiva de redes sociais intrínsecas à ação individual e coletiva, às identidades territoriais e ao território. Essas redes sociais são construídas através relações do cotidiano, sendo as relações familiares, de amizade, de grupos locais, os principais constituintes. Também podem ser construídas a partir de um tecido social comunitário e associativista, junto também com um movimento social, com organizações da sociedade civil, entre outros, havendo uma disseminação de ações propositivas e transformadoras que se desencadearão numa rede solidária e estratégica.

Nesse sentido, a interdependência desses conceitos se desdobrará, sobre a categoria de território, numa abordagem feita a partir de reflexões de Claude Raffestin (1993), Marcelo Lopes de Souza (2006), Rogério Haesbaert (2007, 2002), Bernardo Mançano Fernandes (2008). Referente à identidade territorial as obras que retratam bem

essa temática são de Manoel Castells (2003), Stuart Hall (1997) e Rogério Haesbaert (2002, 2007), Valter do Carmo Cruz (2007). E quanto às redes sociais, os autores utilizados para sua compreensão são Ilse Sherer-Warren (2006), Milton Santos (2006, 2000), Bernardo Mançano Fernandes (2005). As reflexões de Franklin Daniel Rothman (2008), Leonardo Rezende (2003) serão fundamentais para a construção do processo de resistência na comunidade de Cachoeira da Providência.

A partir desses autores será possível identificar como as abordagens sobre o território, identidade territorial e redes sociais se tornam elucidativas quando se fala em posições conflituosas e de resistência de grupos, nos quais as relações mais simbólicas com o território podem moldar identidades culturais e estas podem moldar o território, fazendo com que ele se torne um identificador da conexão social de um grupo.

2.1 Território

Quando se fala em território a idéia decorrente é de que, este compreende apenas a perspectiva política, econômica e as fronteiras materiais do ponto de vista do Estado. É necessário ressaltar que o território se define a partir das relações de poder, e estas relações se dão num campo de forças espacialmente delimitado que operam sobre grupos sociais, estes por sua vez, se apropriam das qualidades naturais e sociais que se constroem ao longo do tempo pela mediação espacial destes grupos.

Haesbaert (1997) define o território a partir de outras variáveis importantes na produção dos territórios, o autor sinaliza três vertentes de conceito para território: 1) jurídico-política – definido por delimitações e controle de poder, especialmente o de caráter estatal; 2) a cultural(ista) – visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou “identidade social sobre o espaço”; 3) a econômica – destacado pela desterritorialização como produto do confronto entre classes sociais e da “relação capital-trabalho”.

Dessa forma, a apropriação e produção do território pode ser econômica, política e cultural em um só, essa nova realidade levou Raffestin (1993) a compreender o território como “um campo de forças, uma teia, ou redes de relações sociais”, que se projetam sobre o espaço. Sua construção é histórica remetendo-se a diferentes contextos e escalas como - a casa, o bairro, a região, o país, o planeta – assumindo significados particulares em cada formação socioespacial. Nesse sentido, a caracterização do território pode ser visualizada pelas relações sociais que o produzem.

Consequentemente, o território não é somente o ligamento de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. Assim se expressa Santos (2000: 96) “*O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, fato de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os que se influi.*” Trata-se pois de uma observação que entende por território usado, aquele aproveitado por uma população.

O espaço é um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, que o compõem de maneira indissociável, que é, conforme Fernandes (2008) solidário e conflitante. Este movimento ininterrupto é o procedimento de transformação direcionado pelas relações sociais no processo de produção do espaço e do território.

O território não é abrangido apenas pelas relações materiais e sociais que o constroem, ele é simultaneamente a assimilação da forma simbólica, bem como da autoridade que se faz presente na relação política e econômica, havendo assim o partilhamento social não meramente construído.

Para Fernandes (2008), o território pode ser discutido pela forma de territórios materiais e imateriais, os materiais são constituídos no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais, produzidos a partir do pensamento e imaginário humano, conceitos, teorias e ideologias.

É válido ressaltar que o território se define e se constitui por meio das relações sociais que são capazes de produzi-lo e mantê-lo a partir de uma forma de poder, que opera sobre grupos sociais. Mas ao assumirmos a idéia de que o território é construído pelas relações de poder, temos que ter em mente que, o ponto inicial para refletirmos sobre o território é o espaço, partimos do princípio de que o território é edificado a partir do espaço geográfico (RAFFESTIN, 1993, p.144). Assim, é interessante observar que as totalidades de um território só são completas se houver a consideração de que a dimensão política está relacionada com as outras dimensões, ou seja, a social, a ambiental, a cultural, a econômica, etc. (FERNANDES, 2008).

A partir dessas relações devem-se reconhecer a presença de grupos distintos na sociedade, organizações, entidades e instituições, agentes que constituem territórios próprios que se realizam e se materializam através de movimentos contraditórios, solidários e conflitivos, formando uma configuração territorial complexa, em que há uma sobreposição de várias territorialidades.

Este é o ponto de partida para este estudo de caso, em que analisaremos a presença de entidades como ONGs, movimentos sociais, membros da igreja, militantes ativos, entre outros, reunidos numa circunstância de conflitos territoriais entorno de um projeto hidrelétrico. São por estas variações que a compreensão da gênese do território é explicada, a partir de seus diferentes usos, diferentes escalas, diferentes intencionalidades, abrangendo assim as relações de poderio, o espaço natural, as ligações de afetividades e de identidades entre os grupos sociais e seu espaço (SOUZA, 2006).

É pertinente realçar que a visão de território que levamos em consideração se revela a assimilação do território a partir da apropriação do imaginário, e envolve um movimento que vai da identidade ao território e do território à identidade. A abordagem econômica não é discutida de maneira profunda nesse estudo, no entanto, a desterritorialização que é consequência entre as disputas de classes, aparece aqui como um motivo de luta do MAB, de ONGs, sociedade da civil e dos agricultores, estes que de certa forma já possuem suas terras, seus territórios, que podem sofrer remoção com construção de uma hidrelétrica.

Apresentaremos a seguir, algumas discussões a respeito da produção do território a partir do poder simbólico, dos símbolos e imagens que criam identidades para um povo e constituem um espaço em “seu” território.

2.2 Identidade territorial

A abordagem sobre o tema identidade territorial demanda pensarmos sobre a ligação que existe entre território e identidade. Para Castells (2003), a identidade é sempre uma construção histórica com denotações sociais e culturais que direcionam a ação de elevação e identificação de um indivíduo ou de um grupo.

Concordamos com Hall (1997) quando afirma que esse movimento histórico que processa a construção dos significados identitários está sempre se realizando de maneira dinâmica, múltipla e aberta, desse modo, a construção da identidade tem haver com as raízes, tradições que já estão presentes, como pelas rotas e rumos para o futuro. É necessário sublinhar que a identidade é construída de maneira subjetiva e no interior dos contextos sociais que direcionam a posição dos atuantes influenciando suas escolhas e suas representações.

Dessa maneira, adotamos a compreensão de Haesbaert (2007) de que certas identidades são construídas pelas relações concreta/simbólica e material/imaginária dos grupos sociais com o território. A identidade territorial pressupõe o território como referência, pois nele é que estão forjadas as práticas materiais (organização e produção do espaço) e as representações espaciais (simbólicas, imaginadas) estas esferas que constroem o sentimento de pertencimento em relação ao território. E esse sentimento de pertencimento a uma comunidade, a um lugar, a um território que leva os grupos e indivíduos se reconhecerem como pertencentes a estes.

Um elemento que ganha notoriedade na constituição da identidade territorial é a dimensão simbólica, pois ela estabelece uma apropriação peculiar do território através das identidades territoriais, que surgem no “espaço vivido” dos grupos sociais (HAESBAERT, 2002). É importante ressaltar que, esta dimensão simbólica consolidada através do uso do território pela sociedade, reflete, então, o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões - cultural, política, econômica e social - podendo originar de maneira genuína um pertencimento que está sujeito a um processo subjetivo de conscientização, que supõe adesão voluntária da população de fazer parte de um território.

Aqui cabe expressar que identidade territorial cotidiana, vai-se também em direção ao espaço vivido, no sentido de que pode haver apropriação possível dos espaços, isto é, espaços apropriados, abarrotados de sentidos e significados sociais e individuais para determinados sujeitos, que denotam suas identidades territoriais.

Essa identidade encontra-se imbricada nas populações de possíveis atingidos, pois são pessoas que além de se identificarem umas com as outras dentro da comunidade, revelam o sentido propriamente dito da apropriação do espaço, dando significado especial a terra. A valorização do lugar no momento de ameaça passa ganhar importância, pois o espaço da comunidade, da propriedade tem um sentido de espaço de suas raízes, pois muitos foram nascidos e criados ali, construindo suas vidas. Espaço também de onde extraem sua subsistência e, perpassando o significado material de produção, a terra é condição para formação de suas famílias, das relações de amizade, vizinhança, de organização quanto classe de trabalhadores do meio rural. Os sentidos que dão importância ao lugar são construídos a partir da dinâmica de vida que se desenvolveu na comunidade (LUDWIG, 2004).

A globalização expressa um palco de intensa complexidade, vive-se no mundo marcado pela multiplicidade de territórios e uma territorialidade que se distingue por

uma expressão cultural e identitária complexa. Isso ocorre ao mesmo tempo em que se apresentam uma complexidade de escalas que apontam o entrecruzamento entre o local, o regional, o nacional e o internacional, resultando numa transnacionalização do território, evidenciando que os níveis global e local podem estar inteiramente confundidos (HAESBAERT, 2002).

A ameaça da comunidade por um modelo de desenvolvimento universalizante, global (energia – progresso numa versão abstrata deslocalizada), proposto por empresas transnacionais, é reflexo de uma política de apoio do Estado que elabora projetos de desenvolvimento regional e leis que viabilizam a expansão da territorialização dessas empresas, gerando desigualdades sociais, por meio de exclusão, expropriação e destruição territorial da maior parte da população rural. Os movimentos sociais, ONG, os agricultores tem tido um enfrentamento constante resistindo a esse processo de espacialização das empresas no território dos Estados. Podemos verificar o embate diante da intensificação da territorialização do capital na comunidade de Cachoeira da Providência, onde a presença de atores como MAB, PACAB, ASPARPI, CPT, AMABCP, na luta contra a instalação da hidrelétrica constroem espaços políticos, espacializam-se e gerando espacialidades e posteriormente territorialidades da luta local na região.

Considerando a interação constante entre a multiplicidade de territórios e escalas, as redes aparecem como uma nova maneira de compreender e construir as articulações entre as territorialidades, que neste contexto seria da articulação da comunidade com atores externos que configuraria uma nova territorialidade⁶, transformando novas relações de poder para enfrentar a ameaça do projeto, que por si faz parte de uma territorialidade hegemônica, nesse caso pouco globalizada que surge como resposta da transformação e reestruturação socioeconômica sob condição da globalização e do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2006).

⁶ Para Souza (2006: 99) “A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território, isto é, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmicas”.

2.3 Redes sociais

As redes possuem a capacidade virtual de criar condições sociais que modificam a ordem econômica mundial e transformam o território. Raffestin (1993) traz uma contribuição acerca dos papéis da rede, sendo esta um elemento que faz e desfaz as prisões do espaço tornando o território liberto e também aprisionado, pois, ele é instrumento do poder. A propriedade primordial das redes é proporcionar a conexidade, dar ligação entre os nós da rede que são os lugares de poder, é nesta conexidade que a rede se solidariza em alguns elementos, porém ao mesmo tempo esse potencial de solidarizar também exclui.

O território apresenta-se aqui como um campo de forças, que se constitui por meio das redes de relações sociais que levam os membros das comunidades a se identificarem coletivamente através de um processo que direciona a construção de uma identidade solidificada por atributos culturais e territoriais inter-relacionados (SOUZA, 2006).

Segundo Fernandes (2008) a representação territorial em uma escala mais local pode ser um todo ou uma parte, a propriedade individual, uma casa, um sindicato, uma associação, etc. também pode ser contínua ou descontínua, nessa, a organização pode se pautar em redes, ou as redes podem conectar diferentes territórios. Todo território é, portanto, modelado a partir do ajuste de condições de forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial.

Santos (2006) enfatiza a existência de duas vertentes que mais se destacam: uma que leva em consideração apenas as redes materiais, ou seja, toda infra-estrutura que transporta matéria, energia ou informação; e outra que o que vale entender as redes como dados sociais. A noção de rede social é que será abordada neste trabalho, pois ela se constitui de relações de interação interindividuais, formadoras de ações coletivas, com uma intencionalidade política.

Analisando as redes a partir do “local”, como espaço territorial delimitado e também espaços de formação de identidades e aprendizado político específico, busca-se nesse contexto formas de sociabilidade desenvolvidas, que se encontram diferenciadas em dois tipos de redes sociais. As redes que se formam a partir de uma base social informal, compostas por relações de parentesco, vizinhança e amizade. E as redes associativistas, que possuem relações de identificação entre diversos coletivos, provocando o chamado tecido social local, associativo, buscando influência política

entre grupos, objetivando a formação de movimentos comunitários, associações civis, organizações reivindicatórias.

Para citar exemplos dessas organizações localizadas temos os núcleos do Movimento dos Atingidos por Barragens, núcleos do Movimento dos Sem Terra, Sem teto, associação de moradores (SHERER-WARREN, 2006). Dessa forma, as organizações locais vêm procurando se organizar nacionalmente, buscando a participação de redes transnacionais de movimentos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Liga Campesina, Movimento Indígena, etc.), ou por meio de organizações inter-organizacionais. Estas seriam associações nacionais de ONGs, fóruns da sociedade civil, que dão oportunidade de empoderamento da sociedade civil.

O resultado de todo esse processo de articulação se dá com o surgimento de o que Almeida (1994) denomina “unidades de mobilização”. Que implica num conjunto de movimentos em locais diferentes que estrategicamente se reúnem na identificação de sujeitos coletivos que se pautam em torno de valores, objetivos em comum, os quais se determinam os atores e as situações desfavoráveis que devem ser combatidas e modificadas, tudo isso num sucessivo processo de construção de articulações em redes na escala local, regional e nacional.

O surgimento do movimento socioespacial denominado por Fernandes (2005) é o momento que os movimentos sociais, sociedade civil ao constituírem sua forma de organização, produzem seu próprio espaço, espaço social que se concretiza geograficamente.

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento. (FERNANDES, 2005, p.278)

Quando movimento socioespacial consegue se manter na dimensão geográfica de sua atuação, ele se espacializa e por sua vez se territorializa quando as redes de movimento sociais se envolvem em lutas para ocupar (MST) ou defender (MAB) recortes territoriais concretos.

Assim, devido às formas de organização e relações sociais que delimitam o espaço e principalmente os territórios de ação dos movimentos e as ações destes no

território, é que se pode dizer através das palavras de Fernandes (2005) que, esses movimentos sociais, igreja, organizações civis, são movimentos socioterritoriais⁷. O autor cunha este termo para explicar o processo posterior à espacialização, ou seja, a territorialização da luta pela terra, especificamente as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tem como a conquista de uma fração do território o trunfo da luta.

No entanto, o MAB e outros sujeitos envolvidos na luta contra as barragens também possuem o território como trunfo, porém, são incorporadas à luta deste movimento outras formas de identidades territoriais, pois as comunidades rurais lutam para permanecer em um território que já é seu, lutam ao mesmo tempo contra a desterritorialização, que Haesbaert (2002) considera como um processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial que não se fundamenta apenas na perda da terra enquanto meio de produção, mas num sentido e nível simbólico-cultural.

Dessa forma os espaços de luta deixam de ser abstratos territorializando-se através das redes sociais interligam os lugares socializando-os no âmbito local, regional, estadual e até mesmo nacional os conflitos no e pelo espaço.

⁷ FERNANDES (2005) propõe pensarmos que os movimentos sociais e os movimentos socioterritoriais são os mesmos atores e grupos sociais que se reúnem e se organizam para pensar em ações que defendam seus interesses diante dos conflitos que surgem, com o objetivo de modificar a realidade que os cerca. O movimento socioterritoriais torna-se uma proposta de análise geográfica dos movimentos, compreendendo os territórios produzidos e construídos pelos movimentos.

3. Procedimentos metodológicos

Para apreendermos melhor como a identidade territorial cujo significado se apresenta aqui na forma de defesa e manutenção do território por parte da população ameaçada, bem como as redes sociais que se constituem em torno de uma identidade ou identificação, buscamos na construção da pesquisa seguir o seguinte caminho: a revisão de literatura em torno das questões de território, identidade territorial e redes sociais, sendo que as discussões teóricas acerca das respectivas temáticas já foram apresentadas acima, além disso, buscamos a literatura que trata do processo de licenciamento ambiental de hidrelétricas e de conflitos socioambientais; observação de campo; participação na audiência pública do processo atual; entrevistas com os membros da comunidade e com outros atores envolvidos no processo da PCH. Ainda foram feitas análises documentais com a leitura de documentos produzidos pela empresa de consultoria construtora da barragem o Estudo de Impacto ambiental e por órgãos ambientais do Estado de Minas Gerais.

Durante o período de reconhecimento da área afetada pelo empreendimento, junto às idas a campo do grupo PACAB (nos dias 21 e 28 de junho de 2008) foi possível estabelecer alguns contatos com os membros da comunidade. O que proporcionou uma aproximação e inserção na comunidade no período das entrevistas realizadas no dia 09 e 10 de setembro de 2008.

A observação participante e as entrevistas semi-estruturadas possibilitaram explorar não só o que está dado no discurso dos interlocutores, como também, o aprofundamento e a compreensão dos símbolos territoriais presentes nas ações práticas do dia-a-dia dos agricultores da comunidade ameaçada, significativas para a compreensão da lógica dos sujeitos que as praticam. Com a realização conjunta de pesquisa e extensão (de março a outubro) houve uma maior convivência entre a pesquisadora e a comunidade ameaçada, o que possibilitou a obtenção de dados mais confiáveis.

A opção por entrevistas abertas e semi-estruturadas que permitiu que algumas vezes fossem feitas perguntas que surgiam durante a realização da entrevista e que seriam pertinentes à pesquisa. O intuito destas entrevistas foi o de compreender como o vínculo dos agricultores ameaçados pela construção da hidrelétrica com a terra, com o local de convivência e sobrevivência se manifestam e se caracterizam na expressão da identidade territorial do grupo. Outros elementos como o processo de licenciamento

ambiental da PCH, organização da comunidade entre outros, fizeram deste momento o lócus de construção da pesquisa aqui proposta.

Foram aplicados onze questionários dentre os membros das localidades de Sumidouro, Morro Vermelho e Cachoeira da Providência, em propriedades direta e indiretamente afetadas pela PCH, sendo que nove entrevistados são proprietários e dois são meeiros. As entrevistas aqui levantadas não se referem a uma amostra representativa de todos os ameaçados da comunidade, a escolha desse número se justifica pela proximidade das propriedades que estariam na área diretamente afetada e indiretamente afetada. Além disso, as condições de condução e de tempo da pesquisadora eram limitadas, fator que contribuiu para que o número de entrevistados fosse reduzido.

Os critérios utilizados para a escolha dos entrevistados foram a realização de entrevistas com pessoas que participavam ativamente da associação AMABCP, além disso, optamos em buscar o depoimento de pessoas que já haviam participado desde o início do processo de resistência em 1992, também achamos necessário entrevistar pessoas que se mudaram para a comunidade a pouco tempo e que se familiarizaram com a comunidade a ponto de ajudar a organizar e mobilizar os moradores da localidade para as reuniões da AMABCP. Esta etapa teve como base uma amostra qualitativa que permite maior apreensão dos elementos sociais, dado que se apresenta de forma subjetiva de acordo com as ações e configurações sociais e estruturais dos indivíduos, ressaltando as particularidades que dão origem e motivo de ser de um fato cotidiano.

Foram entrevistados outros atores de grande importância que atuaram na construção das redes sociais e na mobilização da comunidade, no total de duas entrevistas, um representante do PACAB (UFV) e um da ONG NACAB. As informações obtidas junto a estes representantes e responsáveis, possibilitaram um entendimento sobre a atuação dessas organizações, que se apresentam junto à comunidade no processo de construção da barragem da PCH de Cachoeira da Providência.

É importante ressaltar que havia a intenção de entrevistar um representante do MAB-ARD, e da Prefeitura de Pedra do Anta, acertamos através de telefonemas que a entrevista com esses atores que seria concedida via e-mail, porém após enviar os e-mails com as perguntas não obtive resposta até o momento de nenhum desses representantes.

Procuramos um representante da CAT-LEO/ENERGISA empreendedor do consórcio da PCH Cachoeira da Providência para entrevistá-lo e assim apreendermos todas as visões projetadas sobre o conflito socioambiental aqui elencado, sendo que esta

seria a oportunidade de reconhecermos como o empreendedor visualiza a PCH no município, quais as vantagens de se construir uma barragem para geração de energia, como o território é visto nesse processo, como visualizam a resistência dos agricultores diante da possível construção da barragem. No entanto, não foi possível realizar a pretendida tarefa, pois o empreendedor não respondeu aos e-mails e telefonemas para marcarmos um momento de conversa para realização de tal entrevista.

Com relação à participação em audiência pública, o espaço tornou possível a visualização e participação de parte do processo de licenciamento ambiental de um empreendimento hidrelétrico. Este ato realizado no dia 27/08/2008 no município de Pedra do Anta apresentou todos os atores atuantes no processo de construção do empreendimento, sendo estes a comunidade afetada, prefeitura municipal, Organizações Não Governamentais, Organização da sociedade civil, movimento social, empreendedor, órgãos ambientais, Universidade Federal de Viçosa. Recorremos também à materiais em audiovisual da audiência pública que ocorreu no município em 1996 para analisar a participação da comunidade e dos atores externos no início do processo de resistência à desterritorialização.

4. A luta contra as barragens no Alto Rio Doce

A modernização transformou-se em estigma para as populações afetadas pelas hidrelétricas, já que estas obras demandam transformações nos meios de subsistência e estilos de vida de nações indígenas, de trabalhadores rurais, de ribeirinhos e diversas outras populações tradicionais. Essas populações não perdem apenas suas terras no sentido de principal meio de subsistência, perdem também o território onde se construiu uma dimensão cotidiana carregada de significações, perdem as relações sociais e a convivência com a natureza somando-se aos impactos adversos sobre os recursos naturais e ecossistemas.

Desse modo, essas pessoas encontraram sua expressão política em movimentos sociais que passaram a enfrentar diretamente os projetos hidrelétricos do Estado brasileiro, expressando o repúdio por uma geração de energia que ameaça os mais legítimos interesses das populações envolvidas.

É neste contexto social, político e territorial que se insere a mobilização entre os agricultores familiares em relação à problemática da instalação das hidrelétricas, esse processo de enfrentamento e resistência torna-se mais visível, no fim da década de 70, ação que se apresenta como reflexo das irresponsabilidades e negligências por parte do Estado autoritário e da implantação de “grandes projetos”.

Diante desse quadro, surge o crescimento e fortalecimento da organização da sociedade civil com apoio dos movimentos sociais, organizações não governamentais, que passam a valorizar as diversidades culturais e sociais presentes nas populações visando o reconhecimento e a construção de identificações pautadas nos símbolos existentes em um território, gerando uma politização da territorialidade que se pontualiza e se afirma no “espaço vivido”, no modo de vida cotidiana que colaboram com a forma de existência de uma consciência socioespacial re-valorizada (CRUZ, 2007).

Essa nova realidade passa se manifestar em diversas partes do país, grupos de sindicatos, associações, movimentos sociais, agricultores, grupos indígenas começam se organizar em busca da conquista de seus direitos. O exemplo disso pode ser verificado com o início de uma organização que contou com o apoio da CPT que criou a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), esse movimento teve início na região Sul, especificamente na bacia do rio Uruguai onde muitas comunidades rurais já tinham sido afetadas pela construção de grandes hidrelétricas, a estratégia da CRAB

foi pautada na realização de trocas de experiências entre as populações que já haviam sido afetadas, com as que estavam caminhando para este processo (SCHERER-WARREN; REIS, 2008).

A partir da liderança deste movimento regional que houve o surgimento e constituição de um movimento nacional de luta contra as barragens, composto principalmente pelas populações rurais, que diante da expropriação de suas terras passam se organizar alcançando visibilidade e protagonismo, se constituindo e afirmando como sujeitos políticos.

Desse modo, a partir do fim da década de 80 o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) já estava constituído e solidificado, a resistência dos afetados, que durante o regime ditatorial, se pautou apenas em reivindicações por reassentamentos ou indenizações justas, agora adota configurações mais politizadas e espacializadas, relacionando de maneira mais ampla, as diferentes territorialidades construídas e (re)significadas orientando assim a um empoderamento das populações na esfera pública e territorial.

A atuação emergente dos movimentos sociais, da CPT, das ONGs, organizações civis se expandiram por todo país ao mesmo tempo em que se intensificaram as disputas e os confrontos entre as comunidades rurais e o setor elétrico, tal disputa ancorada no processo de desenvolvimento que apresenta duas matrizes de racionalidade que caminham em direções opostas. A via que as instituições estatais e privadas do setor elétrico seguem, observa-se uma racionalidade que enxerga e trata o território como um espaço de instância puramente econômica, pautado na racionalidade mercadológica. Já a via seguida pelas populações ribeirinhas, pelos agricultores, vê-se outra racionalidade, aquela que atribui ao seu território uma dimensão que transcende a reprodução de necessidades básicas, nesse caso, o território incorpora dimensões simbólicas, subjetivas que possibilita aos moradores membros da comunidade produzirem e reproduzirem suas relações com a natureza e suas relações sociais (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007).

Em Minas Gerais a atuação da CPT junto às comunidades ameaçadas por hidrelétricas se fortaleceu no Vale do Jequitinhonha no fim de década de 80, devido aos projetos barragens de Irapé e Murta entre outras, esta situação também fortaleceu a presença e fixação do MAB no estado. O confronto e resistência das populações ameaçadas dessa região se justificaram pela defesa e permanência em seus territórios, as ações de resistência se concretizaram a partir do momento que as comunidades já

organizadas com apoio dos atores sociais passaram discutir e construir da própria maneira os elementos presentes no EIA/RIMA dos projetos.

Este empoderamento das populações ameaçadas do Vale que passaram a participar do licenciamento ambiental de forma organizada e a incipiente assessoria realizada nessas comunidades pelos movimentos sociais, ONG, chamou atenção de outros grupos em outras regiões.

Desse modo, surgiram grupos da sociedade civil que estavam interessados em articular uma organização para resistir contra os empreendimentos hidrelétricos que estavam sendo projetados na região da Zona da Mata. Assim esses atores viram que as trocas de experiências e de ações que vinham sendo desenvolvidas no Vale do Jequitinhonha junto com as populações ameaçadas seriam úteis para a Zona da Mata.

Os principais atores da sociedade civil que fortaleceram a mobilização contra as barragens na Zona da Mata foram a Associação de Pescadores e Amigos do Rio Piranga (ASPARPI), agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MG), segmentos progressistas da igreja católica da Região Pastoral Mariana Leste (Arquidiocese de Mariana-MG), assessores do projeto de extensão da Universidade Federal de Viçosa o Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens, bem como do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) de âmbito nacional (REZENDE, 2003).

As populações ameaçadas apoiadas por estes grupos passaram a participar do processo de licenciamento ambiental adotando várias formas de organização e mobilização, entre elas, reuniões mensais, caminhadas, ocupações, constituindo associações comunitárias, participando de audiências públicas, bem como apostando na negociação coletiva como forma de garantir e conquistar direitos. Portanto, a existência de grupos de apoio às comunidades atingidas e suas redes de comunicação e informação constituíram elementos da estrutura de mobilização da ação coletiva do Movimento dos Atingidos por Barragens do Alto Rio Doce e influenciando na mobilização e organização deste na região da Zona da Mata.

Também podemos visualizar o atrelamento de comunidades de outras regiões de Minas Gerais que tinham sido afetadas de por barragens junto das comunidade, tal fato aconteceu no fim de 1995, quando as populações ameaçadas e afetadas que estavam passando pelo processo, ou que já haviam sido retiradas de suas terras, se aproximaram da comunidade de Cachoeira da Providencia por intermédio de um agente da CPT que já havia trabalhado com assessoria destas comunidades em outras regiões (Vale do Jequitinhonha), essa atividade foi denominada como “casamento de barragens”, sua

ação era baseada na organização que permite o rompimento do isolamento geográfico, social e cultural, bem como a troca de experiências das fases das lutas das populações ameaçadas.

Essa experiência expandiu as interconexões entre as comunidades que passaram a se apoiar mutuamente na luta, ambos os membros iam participar das audiências públicas dos respectivos projetos, manifestando-se na forma de denúncia e protesto, cooperação e parceria para a solução do problema apresentado pela construção da barragem e construção de projetos alternativos e de mudança. Depois houve uma integração com o movimento dos atingidos por barragens no Vale do Ribeira em São Paulo, o movimento da Zona da Mata foi até lá, logo depois os atingidos de lá vieram aqui na Zona da Mata. Os encontros, a partilha entre essas comunidades de diferentes regiões, estados, proporcionou experiências de aprendizado que resultaram na formação do MAB regional. (ZHOURI; ROTHMAN, 2008)

Tais grupos de apoio juntamente com as populações ameaçadas foram promovendo um movimento de territorialização de luta pela terra, que se ocasiona num conflito gerado pela construção de barragem que poderia provocar uma expropriação das terras das populações rurais, que passam se manifestar contra essa perda num movimento caracterizado pela defesa, manutenção de seu território.

Contudo, cabe destacar que a espacialização do movimento de resistência contra as barragens no estado mineiro, surgiu como um movimento isolado e à medida que foram surgindo novos projetos de barragens e conseqüentemente novas organizações locais, o território tornou-se palco de ações, se configurando por nós que apesar de distantes apresentam-se atrelados rompendo assim sua escala local, ampliando sua dimensão de atuação criando novas formas de mediação e inaugurando novas formas de lutas.

Cumpramos agora identificar a emergência de pontos que se configurou como movimento de resistência no Alto rio Doce, constituindo-se sujeitos protagonista organizados com suas redes, redesenhando a sociedade civil e conferindo o reconhecimento de seus direitos sociais e territoriais.

4.1 R-Existência⁸ da população: a criação da AMABCP

A fragilidade e falta de conhecimento da população sobre assunto de construção de barragens, podia ser observada principalmente nas comunidades que seriam afetadas pelas UHEs Pilar, Emboque, Cachoeira Grande, e Cachoeira da Providência. Além dessa desinformação, as empresas proponentes dos projetos de barragens durante a elaboração dos estudos de impactos ambientais nas comunidades, omitiam informações às populações afetadas sobre os diversos impactos ambientais negativos que possivelmente iriam ocorrer nas comunidades. Além desse fator reconhecia-se. Esta circunstância

No caso de Cachoeira da Providência, a população não sabia de nada a respeito do projeto que estava sendo proposto para área, só tiveram contato com a equipe técnica da empresa que estava fazendo os estudos ambientais quando estes foram até a comunidade para medir as casas, as propriedades, colocar os piquetes que marcam até onde a água iria chegar.

Não existia na comunidade uma organização local, o cenário que se estabelecia era a desinformação, a desconfiança e o medo por parte dos moradores da área de que fosse realmente construída a barragem. Diante disso, surge uma incipiente liderança na comunidade, um proprietário morador da localidade de Cachoeira da Providência que perante a situação da comunidade resolveu entrar em contato com os professores da UFV que faziam parte de um recém-formado grupo de assessoria das comunidades atingidas no Alto Rio Doce, do qual este era composto por agentes da CPT, representantes da igreja vinculados à arquidiocese de Mariana.

A discussão de Fernandes (2005) acerca dos movimentos socioespaciais, torna-se pertinente para retratar a manifestação do conjunto de movimentos que começam atuar na comunidade, assumindo uma configuração e produção de uma espacialidade, pautada na ação e movimentação no espaço.

Depois dessa aproximação entre 1995 e 1996 esse grupo de assessoria começou realizar reuniões na comunidade. O objetivo de informá-la sobre quais eram os direitos e quais eram os impactos socioeconômicos, culturais, ambientais do projeto da barragem e também sobre o licenciamento ambiental. A preocupação inicial da

⁸ Expressão cunhada por Gonçalves (2001) para mostrar que a luta das populações, dos movimentos sociais contra os processos de exploração econômica, dominação política têm um significado social e cultural mais profundo do que uma simples reação.

assessoria era garantir que a comunidade se mobilizasse e organizasse para potencializar e efetivar a participação no processo de licenciamento, em especial, nas audiências públicas (ZHOURI; ROTHMAN, 2008).

Por estas razões, os agentes de apoio instigaram a organização de uma associação local de ameaçados em Cachoeira da Providência. Com essa organização o trabalho de mobilização e formação na comunidade seriam mediados pelos membros da própria comunidade, estes se tornariam capazes de analisar criticamente o EIA/RIMA reconhecendo os erros e falhas, que seriam apresentadas nas audiências públicas mostrando a inviabilidade do projeto (ROTHMAN, 2008b).

Em abril de 1996 a comunidade foi comunicada pela equipe de assessoria que a audiência pública do empreendimento seria no mês de maio do mesmo ano. Então o futuro presidente da associação passou de casa em casa recolhendo a assinatura dos moradores para formalizar a associação da comunidade ameaçada, esta iria facilitar a defesa de interesses e das reivindicações da população. Um dos objetivos iniciais da organização, de acordo com o presidente da AMABCP era preparar a comunidade que não queria a vinda da barragem para participar da audiência pública. Dessa forma, percebe-se que a audiência pública foi um fator institucional que permitiu e incentivou os atingidos a se organizarem para participar do licenciamento ambiental.

A assessoria da UFV se reuniu com os moradores/membros da recém-criada associação para discutir os estudos de impacto ambiental, para facilitar a equipe resumiu o EIA/RIMA e ajudaram os moradores ameaçados na análise desses estudos. Isso não só possibilitou que a equipe técnica da universidade construísse um parecer técnico que apresentava os erros contidos no EIA/RIMA, como também proporcionou a construção de uma análise em conjunto, cuja opinião de todos os agricultores teve relevância. Também nesses encontros de preparação para audiência, a população ameaçada foi informada sobre como é o funcionamento da audiência, o que deviam falar diante dos membros do COPAM (ZHOURI; ROTHMAN, 2008).



Figura 2. Reunião de preparação da AMABCP para audiência pública. Autor: Franklin Daniel Rothman. Ano: 1996.

Os estudos de Rezende (2003) indicam que na primeira audiência pública realizada em Pedra do Anta em 1996, a população teve boa presença e participação, todos falaram contra a construção da barragem, também expressaram suas angústias e demonstraram sua ligação com a terra falando e mostrando os produtos que são produzidos em suas propriedades, muitos falaram da importância de permanecer num local que é da família a mais de 100 anos. A prefeitura de Pedra do Anta na audiência apresentou um posicionamento que havia tomado desde o início dos estudos ambientais no município, o então prefeito foi favorável ao projeto da CAT/LEO, apoiando e concedendo autorização à empresa para iniciar os estudos necessários.

Logo depois desta audiência pública, o presidente da AMABCP viu a necessidade de manter a mobilização da população, ele viu quais as consequências da falta de habilidade dos ameaçados de agirem coletivamente poderiam ter trágicos resultados, o exemplo disso esteve representado na concessão da LP do projeto da UHE de Fumaça, nos municípios de Diogo Vasconcelos e Mariana, onde os moradores ameaçados da localidade não se organizam.

Visto que as associações de moradores instituem espaços importantes para a construção de uma identidade coletiva, permitindo a emergência de uma consciência crítica dos sujeitos sociais envolvidos. Nesse processo, que se vai criando os espaços conscientes do cotidiano é que se dá o reconhecimento e a participação dos moradores na construção do seu território, e é na vida cotidiana que se determinam e se entrecruzam as práticas e os processos sociais (MARTIN, 1997).

É possível observar que apesar da AMABCP ser constituída por pessoas que moram em diferentes localidades, foi no momento de conflito entre as aspirações da

empresa e as da comunidade ameaçada que se pode constituir um momento privilegiado da conformação de uma identidade coletiva na comunidade. Esta passou a perceber que o destino individual de cada um estava ligado no outro, na situação dos encontros, das relações e das lutas que se ilustrar concretamente

Em 1997 foi comunicado na AMABCP que a partir daquele momento os ameaçados iriam praticar algumas ações como tática de resistência e defesa de seu território. Por exemplo, várias pessoas ameaçadas retiraram os piquetes que a empresa colocou nas propriedades para localizar o nível que a água da barragem chegaria, também impediram que o pessoal técnico da empresa entrasse em suas propriedades para mensurar e coletar os dados complementares do estudo⁹ que foram solicitados pela FEAM (ROTHMAN, 2008b).

A AMABCP juntamente com a assessoria da UFV que agora se chamava PACAB, elaborou um tipo de levantamento alternativo para calcular o valor das possíveis indenizações a serem pagas para os proprietários das propriedades e benfeitorias, esse levantamento também incluía os meeiros que moravam nas terras que seriam afetadas. Os valores desse levantamento muito superiores ao que a empresa oferecia, tornava o empreendimento inviável gerando impasses na negociação.

A comunidade tentou uma negociação com a empresa empreendedora, caso acontecesse a barragem. Diante da negativa do empreendedor em aceitar a proposta da comunidade, esta se posicionou contra o empreendimento, já que a empresa não estava disposta a pagar o que a comunidade achava justo como indenização.

De acordo com Rothman (2008) em julho de 1997 a AMABCP se mobilizou novamente para reunir um número significativo de membros diretamente e indiretamente afetados pela barragem para que fossem na reunião de julgamento do processo da UHE Cachoeira da Providência em Belo Horizonte.

A população da comunidade junto com os movimentos sociais e com as entidades de apoio fizeram um protesto na entrada do prédio da FEAM com diversas faixas e mensagens. Também marcaram presença durante a reunião pressionar o COPAM e a FEAM que discutiam e avaliavam o EIA/RIMA do empreendimento e a decisão de deferimento ou indeferimento da LP. Nessa reunião os órgãos ambientais

⁹ Esta tática foi posteriormente foi rebatida pela empresa CAT/LEO na justiça, com decisão favorável à empresa. As ações da empresa na comunidade depois desta decisão foram intermediadas pela presença de policiais que estavam armados, tal fato aborreceu a grande maioria dos ameaçados, pois eles acharam que empresa estava considerando-os como bandidos, muitos disseram na entrevista que aquele fato contribuiu para eles lutarem com mais força para impedir que a hidrelétrica fosse instalada na comunidade.

exigiram novamente da empresa de consultoria a elaboração de estudos complementares mais extensivos e detalhados, pois era questionada a viabilidade ambiental do empreendimento devido o tamanho do reservatório e a baixa potência de geração de energia.



Figura 3. Manifestação da população na reunião do COPAM em Belo Horizonte.
Autor: Franklin Daniel Rothman. Ano: 1997

EM 1999 com a finalização dos estudos complementares que o COPAM e a FEAM exigiram à empresa, uma segunda audiência pública foi marcada. Esta foi realizada em fevereiro de 2000 na cidade de Pedra do Anta, segundo a liderança da AMABCP esta foi a audiência que a população se manifestou com mais repúdio ao empreendimento e a participação dos membros da comunidade foi um ponto que gerou relevância, demonstrando assim que a comunidade estava unida na luta para que a barragem não fosse aprovada.

Nesta ocasião a AMABCP apresentou os valores totais de indenização indicados pelo levantamento feito por eles, dessa forma a comunidade só aceitaria aqueles valores de indenizações se realmente ocorresse a construção da barragem. O MAB regional que ainda não tinha uma sede apoiou na mobilização e protesto durante a audiência pública, a população recebeu o apoio de outras pessoas de comunidade vizinhas que já tinham sido afetadas por alguma barragem.

Em novembro de 2000, a CAT/LEO retirou o projeto antes mesmo de a FEAM fazer a análise e montar um parecer técnico sobre a UHE Cachoeira da Providência. Este empreendimento não conseguiu obter a LP do órgão ambiental, e o resultado dessa deliberação indicou que todo trabalho de mobilização da comunidade e dos atores

externos exerceu pressão política sob a decisão do indeferimento do projeto elevando, portanto, o poder de veto da população ameaçada pelo empreendimento.

A participação pública no processo de licenciamento ambiental da UHE Cachoeira da Providência se destacou na região de Alto Rio Doce, como um dos primeiros casos de ocorrência de mobilização e organização da população ameaçada, que reunida lutou pela participação política, pelo direito de se manter no seu território, inserindo-se na instância dos movimentos socioterritoriais.

A população ameaçada se configurou num território que ganhou expressividade através das manifestações políticas, culturais, econômicas, sociais e ambientais que foram edificadas e simbolizadas pelos sujeitos locais atuantes no espaço da própria comunidade junto daqueles sujeitos externos, no âmbito local, municipal, regional e estadual.

4.2 A dimensão da luta contra a barragem ampliada pelas redes sociais

Na trajetória de organização da AMABCP, a emergência e reativação das identidades territoriais expressas pelos agricultores familiares na luta social pela afirmação e (r)existência simbólica dos seus modos de vida, refletiu numa politização do grupo. Estes além de se reafirmarem como agricultores passaram a se identificar também como ameaçados por uma hidrelétrica.

A comunidade ameaçada pela UHE de Cachoeira da Providência deu os primeiros passos rumo à superação das dificuldades quanto à organização comunitária de modo que esses passos ao longo do tempo foram se tornando firmes, sustentados em um território próprio. Território marcado pelo trabalho, pelas dificuldades homem do campo, pelas relações de vizinhança, amizade, parentesco, bem como pelas relações com o ambiente natural. Essa ação de valorização e organização local também se firmou e se expandiu com o apoio de outros atores como, o MAB, a CPT, o o grupo de assessoria da UFV, a ASPARPI, ONGs e outras comunidades rurais ameaçadas que estavam compartilhando da mesma luta no processo de resistência e reivindicação política.

A atuação destes movimentos juntamente com a comunidade ameaçada foi se forjando através das relações sociais entre esses sujeitos externos que de certa forma criavam seus espaços, seus territórios, suas identidades por intermédio das intencionalidades, que se mostra como um modo de ser, de perceber o mundo, e estas

intencionalidades são projetadas nas relações sociais. [...] “a relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não” (FERNANDES, 2005; p.276). Tais relações determinam as fragmentações de espaços.

E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais e identificações, criam-se diferentes territórios, estes territórios podem ser representados por diversas escalas pela casa, propriedade dos ameaçados, pela AMABCP, pelo município, o território da CAT/LEO, o território do projeto de assessoria na UFV, o MAB pelo território dos ameaçados e de sua sede. Aqui no caso tais territórios são descontínuos, fragmentados, mas no momento de luta contra a barragem tornam-se conectados pelas redes de relações sociais, criadas para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

A teia de conexão desses territórios distintos se fortaleceu a partir de trocas de experiências, expressadas na convivência, no cotidiano dos agricultores da comunidade de Cachoeira da Providência, nas relações de parentesco, nas relações de vizinhança, nas relações de trabalho, de produção, nas relações de organização associativista e de militância. E são essas relações construídas e fortalecidas no território que levaram os ameaçados passarem de simples espectadores para atuar como um dos atores principais no cenário de representação política e reivindicatória com suas próprias falas e ações.

As parcerias de atores externos com a comunidade, proporcionava o crescimento e amadurecimento dos moradores quanto à temática de construção de barragens, sobre o estudo de impacto ambiental o EIA/RIMA, a participação na audiência pública, e acima de tudo crescia na comunidade a organização e mobilização dos moradores. Desse modo, a formação que era oferecida pela CPT e pelo incipiente MAB do Alto rio Doce era a seguinte:

O pessoal começou participar aos poucos, de quinze em quinze dias a gente se reunia lá na Ilha da Jacutinga, e uma vez por mês vinha os agentes da CPT e um representante da igreja para fazer formação e nas reuniões eles falavam que as empresa que constrói hidrelétrica usa várias táticas, eles gostam que a comunidade fique desunida, sem saber de nenhuma informação, costumam criar rixas entre os moradores, essas coisas né. A CPT e a Universidade aconselhavam que nós tínhamos que fundar uma associação para brigar por isso, pelos atingidos. Assim foi feito. Foi bom que uniu o pessoal. (Depoimento do proprietário morador de Cachoeira da Providência, entrevista em 10/09/2008)

A fala expressa como eram as reuniões de formação realizadas na comunidade, além do mais as discussões e o trabalho de esclarecimento desses atores externos se intensificavam quando a data da audiência pública se aproximava. A discussão e preparação se tornavam enérgicas, a assessoria da UFV preparava as críticas e apontava os erros do EIA/RIMA, o MAB e CPT realizavam a trabalho de mobilização dos moradores para o dia da audiência.

Podemos perceber a grande influência que a igreja, a CPT, juntamente com a com o grupo de assessoria da UFV tiveram no momento inicial e ao longo do processo de mobilização, formação e resistência da AMABCP. Esta ação pode ser retratada na fala de um representante do MAB, que fala como se davam as ações dos movimentos envolvidos na luta e quem participava das atuações.

No início, basicamente, o que era feito era tentar, assim, da parte do pessoal da universidade, era tenta traduzir a miúdo, o EIA/RIMA, né? Aí o pessoal lia, lia, lia, e tal, fazia reunião. Porque, aí a pessoa se apropriava daquilo, com sua própria linguagem, era interessante. E com o objetivo de preparar o pessoal para audiência. A gente entrava pra tentar organizar o povo, né? Isso acontecia muito, a gente se encarregava basicamente de juntar mesmo. E aí junto com CPT, a gente fazia isso. Na época Ricardo acompanhava...Mas é basicamente isso: preparar o povo pra audiência (Depoimento de um representante do MAB em 28/02/2005, apud ZHOURI; ROTHMAN, 2008, p.141).

O reflexo dessa assessoria esteve explicitado no parecer que a FEAM elaborou logo após a audiência em 1996, este dizia que participação da população foi menos evidenciada na audiência pública, pois o que se destacou foi a assessoria que levantou erros grosseiros no parecer técnico sobre a análise do EIA/RIMA feito pela empresa de consultoria ESSE engenharia.

Na segunda audiência realizada em 2000 já se podia visualizar a AMABCP mais ativa e independente, pois sua participação na audiência pública mostrou que a população estava destinada a resistir e defender o que era seu de todas as formas, o levantamento socioeconômico realizado na comunidade pelos próprios moradores, já mencionado acima, foi um trabalho que partiu das redes solidárias locais, pois cada um ajudou a fazer o levantamento das propriedades vizinhas, e depois juntavam tudo para organizar. Essas informações foram percebidas em conversas com os moradores das

localidades e com o presidente da AMABCP, no ano de 2008 durante o outro levantamento que a comunidade estava realizando com auxílio do PACAB.

Nesse sentido, Souza (2006) aponta que a atuação dos movimentos sociais, das organizações civis, ONGs, com lutas pontuais, em longo prazo provocam alterações dignas de rupturas, que polinizam outras lutas e auxiliam uma ação transformadora, permitindo que os atores ampliem suas estratégias e manobras contra os efeitos alienantes da globalização hoje em curso, que se torna sustento para o avanço da consciência crítica dos atores e do seu potencial de combate.

Contudo, podemos observar que desde o princípio da mobilização, da troca de experiências, dos esclarecimentos e fortalecimento da população de Cachoeira da Providência de 1995 até 2000, a participação dos agentes sociais nesse processo teve o seu devido destaque, enfatizando a organização comunitária, permitindo desse modo, a participação de todos na tomada de decisões, na execução das tarefas e lutas, forjando assim uma construção de uma identidade própria dos ameaçados da comunidade.

As redes de relações sociais que se estabeleceram ao longo das ações de defesa propiciaram condições que favoreceram a comunicação com o outro, expandindo assim, as demandas, os protestos, as reivindicações, as necessidades, enfim suas lutas e seus modos de vida. Visualizamos aqui a oportunidade de cada movimento, cada ator sair de sua escala local e se integrar a outros fortalecendo a luta, esta rede de movimentos socioterritoriais cria uma articulação das lutas que deixam de ser isoladas no território, criando um espaço de discussão, de ação política e de identificação através das suas territorialidades.

No período subsequente ao indeferimento do processo de licenciamento da UHE de Cachoeira da Providência, registra-se a redução da assessoria prestada pela UFV e dos movimentos de formação da CPT, da igreja, do MAB e outros agentes que realizavam na comunidade atividades voltadas para organização, resistência e ação política. A presença destes atores tornou-se inerte e até mesmo ausente, não tendo assim por parte dos sujeitos externos uma continuidade no movimento de mobilização na localidade, até porque haviam outros projetos que estavam surgindo em vários pontos e a atenção tinha que se voltar para estas outras comunidades que se encontravam ameaçadas.

Também é importante mencionar que no ano de 2000, a organização do MAB-ARD teve avanço com a organização do Conselho de Atingidos, constituído por representantes de comunidades ameaçadas da região e assessores das comunidades. Este

conselho passou a se reunir na cidade de Ponte Nova/MG para discutir os problemas de cada comunidade e as estratégias de mobilização, o que gerou uma maior força organizacional do MAB-ADR. Em 2001, um novo acontecimento contribuiu para aumentar e melhorar a organização do MAB-ARD. Foi criada, com o apoio da igreja católica, a Secretaria do movimento que passaria a se localizar em Ponte Nova/MG com uma infra-estrutura à disposição do MAB (REZENDE, 2003).

Embora os avanços acima apontados no processo de organização, solidificação e territorialização do MAB-ARD tenham acontecido, o mesmo se deparou com problemas referentes à mobilização, não conseguindo criar e fortalecer as comunidades de base nas localidades da Zona da Mata. Além disso, o MAB-ARD teve dificuldades de participar do processo de licenciamento ambiental das hidrelétricas projetadas para a região, devido a ausência de apoio técnico para auxiliar as comunidades, pois não bastava apenas preparar a população somente para as audiências públicas, era necessário também uma atuação que conhecesse e que tivesse uma ampla visão sobre a realidade da agricultura familiar dessas comunidades.

No fim de 2001 é fundada uma ONG, o NACAB com a finalidade de fortalecer a assessoria e dar apoio técnico e jurídico às demandas das populações atingidas por barragens na região, essa ONG contou também com o apoio do MAB-ARD e prefeituras dos municípios ameaçados pelas UHE's e PCH's. O MAB-ARD via o NACAB como um importante aliado para participar do processo de mobilização das comunidades, sobretudo em relação ao trabalho de assessoria.

As reuniões da AMABCP diminuíram, mas a organização ainda continuou, entretanto, a discussão central não se pautava mais sobre a barragem, e sim sobre problemas e demandas que surgiam na comunidade. De acordo com o presidente da associação:

As ações da AMABCP se voltaram mais por trabalho social, discutimos muito sobre o programa luz para todos, tinha muita gente que não tinha luz em casa, isso chega ser até um desrespeito, porque iam produzir energia aqui do lado e esse povo que não tinha luz elétrica em casa ia ter que continuar sem ela, essa energia não ia ficar pra nós mesmo. Até pouco tempo atrás resolvemos um problema que tava tendo com o bolsa família, tinha um pessoal que não estava recebendo o dinheiro, entramos na justiça e no final descobrimos que o dinheiro tava sendo desviado. Outra briga nossa é o apoio pra agricultura familiar, o presidente fala na televisão que vai ter tantos milhões disponíveis pro agricultor, mas ninguém consegue o apoio do governo. Conseguimos também vários tanques

de leite pra região aqui junto com o STR de Pedra do Anta, é uma luta. (Depoimento de um proprietário de Cachoeira da Providência, entrevistado: 10/09/2008).

Outro depoimento de um proprietário da área afetada mostra que a continuação da organização da comunidade foi importante, pois eles conseguiram mais conquistas pra população local depois de impedir a construção da barragem em 2000.

Agora a associação é mais fraca agora, tem pouca gente participando, mas quem participa já tá ajudando muito a comunidade no todo, pra você ver a gente conseguiu junto com o STR trazer pra umas propriedades o tanque refrigerador pro leite, todo mundo usa, ah, veio também uma caminhão de adubo com preço muito mais baixo, mas isso foi porque a gente se reuniu e formou um grupo grande pra comprar. (Depoimento de um proprietário em Ilha da Jacutinga, entrevistado 09/09/2008).

Isso demonstra que, a luta pela defesa e pela representação política no processo de licenciamento ambiental criou uma força local sustentada no território, apoiada numa identidade que se manifesta através de construções simbólicas e materiais no espaço, refletidas no modo de vida do cotidiano, no desejo de permanência no lugar onde se construiu a história de suas vidas, no anseio de alguns em conquistar um pedaço de terra para construir um futuro, nas relações de produção e subsistência dos pequenos agricultores da comunidade.

Esses elementos tornaram-se fatores primordiais de luta pontual que favoreceu a organização da AMABCP, onde os atores locais envolvidos reconheceram que eles poderiam ganhar força para fazer outras ações na comunidade, esse movimento de mobilizar-se ajuda instaurar inquietações e ampliar as reivindicações para melhoria das condições de vida na comunidade.

Depois disso, observa-se um período de inércia do projeto levando a comunidade ameaçada a pensar que haviam desistido de uma vez por todas de construir o projeto hidrelétrico no rio Casca. No entanto, o interesse pelo aproveitamento hidráulico do rio é retomado com a proposta de um novo projeto e consequentemente a mobilização e atuação da AMABCP e de outros atores reaparece como reação de defesa do território, mas agora apresentando novos posicionamentos e especializações que serão apresentadas a seguir.

4.3 A retomada da luta contra a barragem em 2008

O novo projeto de construção da hidrelétrica no município de Pedra do Anta teve seu reinício em 2004, ano em que a empresa CAT/LEO comunicou à FEAM que iria entrar novamente com o pedido de concessão da licença ambiental, para utilizar os recursos hídricos presentes no município. Este retorno foi marcado também pela alteração de sua razão social para ENERGISA Soluções S.A. que operaria com a presença de mais acionistas.

Como evidencia a ANEEL (2002) a alternativa que a empresa encontrou para tentar ganhar o processo de concessão e não repetir as mesmas falhas encontradas no estudo de impacto ambiental do projeto anterior, foi propor a construção de uma PCH, além dessa razão, cabe destacar que as políticas de incentivo à construção das PCHs (com potência superior a 1.000 kw e igual ou inferior a 30.000 Kw) estavam aumentando e os empreendedores que se interessassem em construí-las teriam uma série de benefícios, como a isenção fiscal na utilização dos recursos hídricos, descontos de uso de sistemas de transmissão de energia, dentre outros.

Os três municípios que seriam afetados pelo antigo projeto da UHE, agora se encontravam na mesma situação, pois, a ENERGISA propôs ao mesmo tempo a construção de três PCHs, uma em Canaã (a PCH de Cachoeira Grande), em Jequeri (a PCH Cachoeira Escura) e a outra Pedra do Anta (PCH de Cachoeira da Providência). Este aspecto mostra que, o empreendedor desiste do projeto da UHE, pois implicaria mais impactos socioeconômicos na ADA e no entorno da região, porém, o que se encontra como proposta alternativa (que ainda permanece rentável para o empreendedor) é desmenbrar a grande UHE em três PCHs.

Com a adaptação do projeto da PCH em Cachoeira da Providência com potência de geração de energia reduzida, conseqüentemente a área de inundação iria diminuir, segundo a ESSE engenharia (2004) o nível da água seria mantido a fio d'água, ou seja, rio teria seu curso mantido mas com nível mais alto e a água do reservatório não inundaria grandes porções de terra. Considerando este aspecto, os impactos sociais e ambientais seriam menores, e as condições jurídicas para concessão do empreendimento seriam mais brandas facilitando assim a aprovação da viabilidade do projeto.

Já com contexto de adequação do projeto os moradores da comunidade sempre ouviam alguma informação a respeito da barragem, durante as reuniões da AMABCP,

mas sempre eram apenas rumores que um vizinho ficava sabendo. As poucas informações que circulavam na comunidade era que a empresa estava fazendo o levantamento dos estudos na área, mas apenas duas entrevistadas disseram ter encontrado a equipe realizando o levantamento no local.

O pessoal dizia que a empresa CAT/LEO pra enganar o povo tinha mudado de nome agora era ENERGISA, mas ainda queria construir uma barragem aqui. (Depoimento de um proprietário de Sumidouro, entrevistado 09/09/2008).

Os técnicos da empresa chegaram aqui e só falaram que ia medir o terreno e mais nada, era por causa da barragem, deixamos medir né? Não chegou com agressão nenhuma, ai vai pra o lado da educação, deixamos medir e não ia ser por isso que a barragem ia sair do da noite por dia mesmo. (Depoimento de uma meeira de Sumidouro, entrevistada 10/09/2008).

O pessoal da empresa chegou aqui em casa e viu que eu estava construindo minha casinha, meu marido tava junto comigo e eles falaram que ia ser bom porque já ia ter uma estrutura pra fazer de escritório durante as obras, depois desse dia eu fiquei doida, fui na reunião da AMBCP e falei : a gente tem que se preparar essa gente dessa empresa não ta brincando. (Depoimento de uma proprietária de Sumidouro, entrevistada 10/09/2008).

Esses boatos e até mesmo a ida da equipe técnica da empresa ESSE engenharia na comunidade deixou a população apreensiva novamente com a possível vinda de outra barragem pra comunidade. No início de 2007, quando o líder da AMABCP teve certeza de que a ameaça havia retornado à localidade, agora como uma PCH, procurou imediatamente um funcionário da prefeitura de Pedra do Anta. Este relatou que o EIA/RIMA havia sido entregue na prefeitura pela empresa de consultoria ESSE engenharia a pouco tempo e os estudos de impacto já estavam concluídos, sendo que a atual prefeita não tinha conhecimento do empreendimento, pois não foi consultada pelo empreendedor que iriam realizar os estudos de viabilidade para a PCH.

A liderança da comunidade que já tinha uma experiência em mobilizar a população agregou esses fatores que estavam se apresentando e começou a chamar mais gente da comunidade pra participar das reuniões da AMABCP, e que agora eles iriam começar novamente a discutir a problemática da barragem. Muitos já haviam participado das primeiras reuniões e outros estavam começando participar e entender o processo de barragem. Nesse momento o apoio de um casal que mora em Viçosa, mas que possui um pequeno terreno na ADA foi importante, aumentou as forças pra

mobilizar novamente a população, passavam de casa em casa convidando as famílias pra ir à reunião na propriedade de um dos moradores de Cachoeira da Providência, denominada de Ilha da Jacutinga, cada vizinho chamava um, que chamava o outro e assim por diante.

As falas dos entrevistados confirmaram o motivo pelo qual AMABCP é importante para comunidade, pois foi através da organização associativista dos membros da localidade, que as diferenças existentes entre os membros do grupo tornaram-se menos visíveis, enquanto que a identificação construída pelo coletivo teceu um tecido social local estampado de interações mais horizontalizadas. As relações de interação podem ser bem representadas pelos seguintes depoimentos:

A associação é uma forma de proteção, ajuda a não prejudicar as famílias e melhora o contato com os vizinhos. (Depoimento de um proprietário de Cachoeira da Providência, entrevistado 09/09/2008).

Há mais organização na comunidade, cada um aprende ouvir e depois falar o que pensa, e o trabalho em equipe ajuda pra organizar as pessoas, é melhor, sozinho ninguém consegue nada. (Depoimento de uma meeira de Sumidouro, entrevistada 10/09/2008).

É importante porque a união faz tudo, a gente tava nas escuras e com as reuniões tudo se esclareceu, cada um ajudou o outro, falava uma coisa que sabia aqui, outro falava de outra coisa e no fim a gente saía da reunião com outra cabeça. (Depoimento de um proprietário de Ilha da Jacutinga, entrevistado 09/09/2008).

Somente um dentre os onze entrevistados relatou não fazer parte da associação, por que não vê a barragem como algo ruim, pois pra ele sua vida iria continuar caso o projeto acontecesse, a adaptação com outro local é rápida. Além desse motivo, um outro ganha relevância cuja resposta se apresenta em sua fala:

Acho que essa associação é importante, mas só defende o direito do líder, não pode pensar somente no lado dele, acham que tem que ir contra a barragem, mas ninguém procura saber como é a opinião de todos da comunidade. (Depoimento de um proprietário de Cachoeira da Providência, entrevistado no dia 10/09/2008).

Sem dúvida nenhuma o atual movimento de ação e mobilização da comunidade na defesa de suas propriedades, na defesa do rio Casca, dos modos de vida dos agricultores familiares, se apresentaram como fatores de fortalecimento e resistência

localizada, que partia da própria comunidade, que se tornou de certa forma mais independente das outras redes sociais que estavam atuando na mobilização da AMABCP no projeto anterior.

Agora as redes eram mais locais, baseadas nas relações informais, compostas por relações de parentesco, vizinhança e amizade, essa ligação fez com que os membros da associação se tornassem essenciais para que as informações contidas no RIMA de acordo com suas limitações técnicas fossem transmitidas para os outros membros participantes durante as reuniões.

Segundo o presidente da AMABCP, as conversas nas reuniões também eram valorizadas, o conhecimento que cada um tinha sobre barragem era destacado, o presidente da associação sempre procurava deixar claro como a empresa que propõe o projeto age. Os detalhes presentes no relatório ambiental também eram apontados e estes preocupavam os membros da AMABCP, principalmente a parte que dizia que o barramento iria ser de terra. Outra preocupação era o trecho do rio a jusante que seria desviado por um túnel, desde o eixo de barramento até a casa de força, isso comprometeria a vazão do rio que nas épocas da seca poderia até secar, afetando as propriedades ao longo do rio, a comunidade ao saber disso, ficou inquieta e quando se referiam ao trecho de 6km que poderia secar diziam “o rio seco”.

A AMABCP também discordava com o número de afetados pelo empreendimento, no EIA/RIMA dizia que eram apenas 40 propriedades, mas novamente a empresa não considerou a presença de um grande número de meeiros e colonos, levando em consideração somente os proprietários. Nesse sentido, era necessário fazer um levantamento socioeconômico igual ao que havia sido feito em 1996, para indicar todas as famílias e propriedades que iriam ser afetadas e qual valor de indenização que deveria ser pago pela empresa se por acaso o projeto fosse aprovado.

Como já foi dito, esses pontos foram levantados pela própria comunidade, entretanto, era necessário que houvesse uma intervenção e análise técnica sobre a dimensão dos estudos ambientais feitos na área, a decisão tomada pela comunidade foi a de pedir apoio ao PACAB na UFV, e também a outros atores, como a ong NACAB, o MAB-ARD, a prefeitura do município que agora tinha se posicionado contra a vinda da barragem, já que, os agentes externos, os movimentos sociais, a CPT que haviam participado do processo anterior de mobilização e formação não estão mais agindo na comunidade. Desse modo surge novamente a estratégia de reconstituição de pontos de apoio para o fortalecimento do embate político e técnico com a empresa.

4.4 Novas articulações na luta

O retorno de alguns dos atores externos que haviam participado no processo de resistência junto à comunidade ameaçada se realizou no início do ano de 2008, depois que o presidente da AMABCP procurou o projeto de extensão da UFV, o PACAB. O trabalho que o PACAB realizou na comunidade foi um levantamento socioeconômico das propriedades ameaçadas, com o objetivo de inventariar as áreas que poderiam ser atingidas e os danos que a barragem poderia acarretar para a população do local.

Mas, ainda era necessário fazer também uma análise crítica do EIA/RIMA da PCH, pois a AMABCP já havia mostrado a existência de algumas falhas, mas não tinham conhecimento técnico para fazer uma leitura crítica desses documentos. Esse trabalho de “*Contra Estudos*” que em 1996 contava com apoio de uma equipe multidisciplinar de professores da UFV, e agora se apresenta com número reduzido de professores, tendo assim maior destaque no trabalho a equipe interdisciplinar de estudantes. Agora o grupo de assessoria da UFV que se chamava PACAB, não teve atuação na mobilização da comunidade, nem participação nas reuniões da associação local para discussão das demais falhas encontradas no EIA/RIMA.

A ong NACAB entrou em cena com a assessoria jurídica, o advogado responsável por esclarecer os processos de licenciamento ambiental para comunidade e informar quais as datas da audiência pública e para saber melhor a respeito do andamento do processo de pedido de LP do projeto. No entanto, este agente também não realizou intervenções para esclarecimento da população durante as reuniões da AMABCP, a fala do representante da ONG explicita os motivos pela ausência na comunidade:

[...] esse fato se deve à ausência de recursos que são limitados, a gente faz o impossível, mas tem a comunidade que apóia, tem o PACAB, o MAB que esta meio ausente no papel de mobilização da comunidade. O presidente da AMABCP sempre vem aqui pra saber como andam as coisas, pra pedir alguma informação e ele acaba repassando o que está acontecendo nas reuniões da comunidade.
(Depoimento de um representante do NACAB em Viçosa, entrevistado: 07/11/2007).

A presença do MAB-ARD¹⁰ nesse novo processo de licenciamento ambiental foi praticamente ausente na comunidade ao longo da preparação de 2007 a 2008. O MAB-ARD só teve participação no dia da audiência pública, mobilizando a população a se manifestar numa passeata/protesto antes da audiência. Uma outra ação desempenhada pelo movimento, foi levar pessoas que tinham sido afetadas por outras barragens para que estas pudessem expressar suas experiências à comunidade durante a audiência pública.

A prefeitura se dispôs também a apoiar a comunidade, alegando que a barragem não traria nenhuma benfeitoria para o município, pelo contrário, somente traria impactos negativos como, por exemplo, o aumento do êxodo da população rural. A cidade por sua vez não teria como absorver mão-de-obra ocasionando aumento nas taxas de desemprego, além do mais, a comunidade tem uma produção agropecuária significativa que ajuda na movimentação econômica do município. A barragem ao alagar as principais áreas produtivas das famílias, poderia agravar a situação. A prefeitura também se preocupou com a preservação e manutenção do estilo da vida da população que sempre morou na comunidade e com a preservação dos recursos hídricos presentes em abundância no município.

Durante o levantamento socioeconômico o PACAB encontrou apoio da comunidade para realizar o trabalho com mais agilidade. Muitos disponibilizaram suas motos para que a locomoção rápida facilitasse o percurso por todas as propriedades ameaçadas. Além desse apoio a equipe era sempre bem vinda e os proprietários mostravam com maior orgulho suas terras, o que produziam, quais as benfeitorias presentes na propriedade, além do típico cafezinho com queijo mineiro. A representante do PACAB revela a importância da comunidade atuar junto com o grupo, segundo ela:

O apoio da população era fundamental, a gente só conseguia fazer o levantamento porque a comunidade se organizava, sempre tinha um de lá que acompanhava a gente no trabalho, ajudando na localização das propriedades, todos os ameaçados sempre se mostravam prestativos, isso influencia muito no andamento de qualquer trabalho, vejo que a participação positiva da comunidade estava relacionada com a mobilização que estava ocorrendo no local. (Depoimento de uma representante do PACAB em Viçosa, entrevistada 07/11/2008).

¹⁰ No dia da audiência (28/08/2008) durante uma conversa com a secretária do MAB-ARD, ele disse que depois que uma das lideranças do movimento foi transferida para a Paróquia de Piranga, as dificuldades de ação do movimento aumentaram, pois a comunicação tornou-se mais difícil. Dessa forma, a secretária disse que não foi feito nenhum trabalho do MAB na comunidade no período do licenciamento da PCH.

A resposta dos entrevistados de Cachoeira da Providência com respeito à importância do trabalho do PACAB foram equilibradas, seis entrevistados tinham conhecimento ao certo sobre o trabalho, e cinco disseram que não sabe direito quem são e o que fazem:

O PACAB se preocupou com o nosso direito, com nossa terra, com o que a gente planta, a gente fala o que o nosso trabalho rendeu, o que nós produzimos na colheita, e tanto faz se é proprietário ou meeiro, todos tem o direito de se defender (Depoimento de uma meeira, de Sumidouro, entrevistada 09/10/2008).

É a parte técnica que a gente não tem conhecimento, eles ajudam com o trabalho do levantamento, o resultado desse trabalho que ajuda a gente (Depoimento do proprietário de cachoeira da Providência, entrevistado em 10/10/2008).

Eu já devo ter ouvido falar, mais agora se você me perguntar o que sei sobre eles, eu não vou conseguir responder, não sei muito bem (Depoimento de uma proprietária de Sumidouro, entrevistada em 09/10/2008).

Não sei qual o trabalho que é feito não, sei assim de Pe. Claret, o professor da UFV que já veio aqui, mais foi em 1996, agora nem esse pessoal veio aqui ajudar na reunião (Depoimento de uma proprietária de Morro Vermelho, entrevistado 10/11/2008).

Quanto ao NACAB, a comunidade não tem conhecimento sobre o trabalho e qual tipo de apoio que é oferecido pela ONG. Contudo, todos disseram conhecer a liderança do MAB e os representantes agentes da CPT, pois participaram das reuniões da AMABCP na comunidade anteriormente. Nas reuniões foram destacados temas como, a importância de defender o lugar da comunidade ameaçada, como a empresa agia, como se organiza uma audiência pública, como são realizados os estudos de impacto ambiental. Contudo mas é importante destacar que esses atores apenas participaram nos anos de 1995 a 2000.

Como a atuação e a presença dos sujeitos externos na comunidade diminuíram consideravelmente, a organização local partiu da experiência acumulada que a AMABCP adquiriu através das mobilizações e ações políticas que movimentaram o processo de territorialização dos agricultores e da resistência da luta contra a barragem em 1996.

Todavia as ações do MAB, do NACAB, do PACAB, da prefeitura e da comunidade em geral se destacaram durante a audiência pública, realizada no dia 28 de agosto de 2008, no município de Pedra do Anta.

Antes do início da audiência o presidente da AMABCP junto com os representantes do MAB-ARD, membros do PACAB e a população ameaçada pelo empreendimento, mobilizaram todos que estavam presentes para fazer uma manifestação que sairia do centro da cidade até o local onde seria realizado a audiência. Todos tinham em mãos cartazes com mensagens que elevavam o rio Casca, e a população do local ameaçado.



Figura 4. Manifestação da população ameaçada na cidade de Pedra do Anta.

Autora: Aline Guizardi Delesposte, ano: 2008.

A estratégia foi bem-sucedida, sobretudo, porque durante o protesto um grande número de moradores aceitou o convite para participar. Enquanto as crianças e os jovens apoiaram ativamente as manifestações verbais como “Águas sim, barragem não” ou “Águas para vida não para morte”, os mais velhos apenas acompanhavam a caminhada dos ameaçados pela barragem.



Figura 5. População presente na audiência pública em Pedra do Anta.
Autor: Aline Guizardi Delesposte. Ano: 2008.

A população marcou presença, em ocupar os lugares nas primeiras filas de cadeiras na sala. Durante a audiência a empresa de consultoria ESSE engenharia em sua apresentou brevemente aspectos sobre o a infra-estrutura sobre características da ADA, alegando que:

A barragem irá contribuir tanto para o município quanto para a população que vive na área, que tem uma produção agropecuária de pouca importância, [...] com a construção os jovens terão mais empregos e oportunidades de crescer [...] (Fala do engenheiro da ESSE engenharia responsável pelo projeto, durante a audiência, dia:28/08/2008).

Ao longo da fala do empreendedor, a população levantou cartões vermelhos, como sinais da reprovação da comunidade quanto aos argumentos apresentados, principalmente aqueles sobre os seus modos de vida, a sua produção produziam, as perspectivas de vida. Isto porque, do ponto de vista da comunidade ameaçada, os representantes do empreendedor tentaram desvalorizar a região, colocando-a no patamar de decadente.

A prefeitura em sua arguição deixou claro que as empresas ESSE engenharia e a ENERGISA não haviam procurado a prefeitura em nenhum momento para pedir a concessão de uso do recurso hídrico no município. A ESSE engenharia só levou os estudos EIA/RIMA para a prefeitura depois a sua conclusão. Além disso, não foram disponibilizadas mais cópias do estudo para a comunidade e para a associação, embora se tratando de um procedimento obrigatório. Assim, a prefeita posicionou-se ao lado da população ameaçada, questionando as perspectivas da obra em relação ao desenvolvimento do município.

O desenvolvimento que eu quero ver aqui é a permanência dessa população no seu lugar, onde nasceram, foram criados, e que tem uma relação com a natureza em que o rio Casca é o elemento principal para todos. (Fala da prefeita do município, durante audiência pública, 28/08/2008).

A equipe do PACAB, com base no levantamento socioeconômico na área afetada apresentou o diante da empresa e dos órgãos ambientais e da comunidade os valores mais completos de indenização dos afetados do que o empreendedor sugeriu. Segundo este levantamento, a produção de agropecuária da área foi subestimada no EIA/RIMA. O valor para a indenização seria R\$ 52.317.453,31 (cinquenta e dois milhões, trezentos e dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos) enquanto os cálculos do empreendedor, que não levaram em consideração os meeiros e colonos, ficaram abaixo de dez milhões de reais.

O advogado da NACAB notou semelhanças entre o EIA de Cachoeira da Providência e o da PCH de Cachoeira Grande, próximo ao município de Pedra do Anta. Segundo ele, a empresa ESSE simplesmente copiou dados relativos à fauna, meio físico, biótico, de uma área totalmente diferente somando no total o mais do que 40 páginas. Tais observações explicam o fato que os agricultores perceberam apenas uma vez atividades de levantamentos os técnicos do empreendedor na ADA.

As falas dos membros da AMABCP se voltaram para o posicionamento contra a barragem, exaltando a unidade da comunidade, que tem uma relação harmoniosa e de respeito com o rio e com os outros ambientes naturais, as relações de vizinhança, amizade que não se reconstituirão da mesma forma em outro local, as formas de produção e subsistência da comunidade. Desse modo a população demonstrou seu modo de vida, sua relação com o território, sua identidade e afirmação de pertencer a comunidade valorizando-a.

Muitos fatos destacados na audiência pública foram reconhecidos no parecer da SUPRAM como manifestações de grande parte das pessoas ameaçadas, Prefeitura Municipal de Pedra do Anta e das instituições representativas. Estas manifestações trouxeram, efetivamente, novas e importantes informações à equipe responsável pela análise, apontando falhas e lacunas nos estudos ambientais. Após a análise da SUPRAM, o COPAM realizou uma reunião em Barbacena no dia 12 de setembro de 2008 para o julgamento final do processo de licenciamento ambiental, que recomendou

não conceder a Licença Prévia (LP) e assim o indeferimento do processo da construção da PCH de Cachoeira da Providência.

A comunidade esteve presente na reunião do COPAM, havia mais ou menos 40 pessoas da localidade de Cachoeira da Providência que com o apoio da prefeitura de Pedra do Anta, organizaram um ônibus para levar pelo menos um representante de cada família ameaçada. Durante o retorno para a comunidade o trajeto foi marcado pela alegria de todos que se manifestavam com abraços, orações de agradecimento e a sensação de dever cumprido, *defendemos o que é nosso*. A fala de uma proprietária ameaçada expressa bem a sensação que todos estavam sentindo:

Por favor, alguém fique aqui do meu lado me segurando, porque estou me sentindo tão aliviada e leve que posso até voar...(risos).

Dessa forma, a influência das redes de solidariedade redesenhadas no espaço da constelação dos sujeitos sociais durante o processo de mobilização, organização da comunidade e formação de uma ação política tornam-se reveladoras das forças externas atribuídas a outros atores envolvidos que demonstram as intencionalidades imbricadas na forma de atuação e apoio à resistência da população.

Já as forças internas, que no período atual do projeto da PCH passaram ser fundamentais na produção de uma consciência politizada, levam os membros da comunidade se identificarem como sujeitos coletivos por meio da construção de uma identificação estruturada por atributos culturais, políticos e territoriais inter-relacionados ancorados na forma de uma identidade territorial local, afirmadas num processo que direciona para o passado, buscando nas tradições, nas relações sociais e no modo de vida dos agricultores da comunidade projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política.

5. A identidade territorial como significado de luta e resistência

A presença de elementos no processo de construção da resistência política da população contra a barragem, oxigena as denotações sociais e culturais presentes no território da comunidade como as raízes, as tradições, os costumes, as práticas de produção para subsistência das famílias, as relações sociais, mas estas identificações se constituíam inicialmente com um caráter subjetivo. Dessa maneira, o contexto social que se apresentou com o processo de licenciamento ambiental da possível construção da hidrelétrica em Cachoeira da Providência, direcionou a posição dos atuantes locais para uma ação de consideração coletiva de suas identidades, influenciando o posicionamento e a representação dos significados identitários da comunidade.

Assim, o grupo passou por um processo de reconhecimento de sua identidade territorial a partir do momento que a referência territorial, construída pelas relações materiais e simbólicas tornaram-se o referencial de pertencimento dos agricultores com sua propriedade, com sua comunidade (HAESBAERT, 2007).

Sendo assim, apoiamos nossa discussão e identificação da identidade territorial da população, a partir das forças locais, que se constituem por meio de um conjunto de ações de conteúdo político, econômico, cultural, ambiental, etc. Tais ações se apóiam na base territorial dos agricultores em suas propriedades e se expande por toda comunidade, manifestando-se pelo processo de produção, de trabalho, de relações de parentesco, de relações comunitárias de vizinhança e amizade, de relações com o ambiente natural e lazer, das festividades, de organização, que serão retratadas a seguir, baseadas nas entrevistas e observações realizadas na comunidade.

As localidades de Morro Vermelho, Sumidouro e Cachoeira da Providência onde estão localizadas as propriedades que este estudo analisa, são constituídas por pequenos e médios proprietários.

Dentre os entrevistados, nove são proprietários de suas terras, e quando estes se depararam com o questionamento de como conseguiram a terra e como foi o processo de aquisição da mesma, apenas dois entrevistados disseram que suas terras foram destinadas de herança, um proprietário disse que as terras que pertencem a ele e aos seus irmãos estão sob posse de sua família há quase 200 anos, tudo foi feito ali. Os outros entrevistados obtiveram suas propriedades através da compra, os depoimentos logo abaixo demonstram o processo de obtenção da terra.

A gente morava em terras de fazendeiro grande, ficamos um bom tempo trabalhando pra ele até juntar o dinheiro, foi na base enxada, quando vimos que o dinheiro ainda não dava pra pagar então arrendamos um pedaço de terra e continuamos trabalhando eu e minha esposa, até que viemos pra nossa terra e fizemos tudo que tem aqui, não tinha nada, por isso que a gente tem muito gosto pelo que é nosso, foi muita lida pra conseguir, e foi aqui que nós criamos nossos filhos. (Depoimento de um casal de proprietários de Sumidouro, entrevistados 09/09/2008).

Compramos a terra depois de rodar todas as redondezas na procura de um lugar bom, a gente na época morava em Pedra do Anta e até que achamos essa terrinha maravilhosa, na beira do rio, compramos na hora. (Depoimento de uma proprietária do Morro Vermelho, entrevistado 10/09/2008).

Eu ia construir na terra de meu pai que mora lá no Sumidouro, mas com a conversa que tava tendo de construção de barragem meu pai não deixou eu fazer minha casa lá porque eu poderia perder dinheiro e tempo se acontecesse de construir, ia ser onde eles planejam ter o barramento, então o Sr. Paulo tava vendendo um pedacinho de terra e eu resolvi comprar, acaba que no fim aqui também pode ser atingido pela barragem. (Depoimento de um proprietário de Cachoeira da Providência em 10/09/2008).

Estas falas demonstram onde os agricultores construíram suas vidas num lugar que inicialmente não havia produção, as estruturas eram inexistentes, havia poucas árvores frutíferas nos quintais, poucas flores e com o trabalho de todos da família tudo aos poucos foi se modificando e agora o resultado de todo o esforço é recompensado por uma vida calma, segura, sem muita dificuldade.

As duas meeiras que foram entrevistadas, disseram que se mudaram pra comunidade em busca de uma melhoria nas condições de vida, pois as terras são mais férteis e produtivas, tudo o que se planta nasce e produz. Esse fato é importante, pois suas famílias dividem a produção com o dono da terra e se a produção aumenta conseqüentemente eles terão oportunidade de garantir por mais tempo a subsistência da família e ainda assim, vender um pouco do excedente produzido. Algo que é partilhado pelas duas meeiras é o sonho de conseguir uma terra própria, isso significa autonomia pra plantar o que quiser e também tranqüilidade de se ter um lugar, uma casa pra criar os filhos.

Existem três proprietários que não possuem renda extraída diretamente das atividades agrárias, dois trabalham e moram na cidade de Viçosa e vão para o sítio em Sumidouro nos finais de semana, um proprietário disse que gosta de trabalhar com a

terra e retira uma pequena produção que dá para seu consumo e venda, seus pais sempre estão lá e gostam de trabalhar plantando as árvores frutíferas no pomar. O outro proprietário que mora em Pedra do Anta e trabalha na prefeitura, disse que devido à proximidade da cidade ele vai até Cachoeira da Providência todos os dias de tarde pra ver como estão as coisas na propriedade.

Os demais agricultores entrevistados vivem especificamente da agricultura e pecuária, os produtos mais comuns produzidos na área são milho, feijão, café, moranga, mandioca, leite, tomate, essa produção¹¹ é destinada para a subsistência das famílias que residem na propriedade e em alguns casos para uma pequena comercialização. Os moradores sempre têm um frango, ou um porco no terreiro que servem para reforçar a alimentação, e às vezes na “hora do aperto”, vendem para trazer uns “trocadinhos”.

As trocas de produtos também são comuns entre os vizinhos, por exemplo, quando um possui mais milho devido uma boa colheita e o outro têm um excedente de feijão, a troca de produtos acontece e todos ficam muito satisfeitos pelo negócio. Ainda, é costume entre os vizinhos a “troca da engorda”, ou seja, aquele proprietário que tem um porco combina com o vizinho que colheu milho pra que este alimente o porco por um tempo (a engorda) e na hora do abate as arrobas (peso de 15Kg) de carne são divididas entre os dois. A fala a seguir é elucidativa deste fato.

A ajuda aqui não aquela coisa de ter que dar as coisa pro outro, aqui é outro negócio, a gente troca, porque você sabe sempre tem um que teve uma colheita boa, colheu milho à vontade e eu tenho meu porquinho no “terreiro” a gente combina de trocar a engorda, eu levo o porquinho lá na casa dele e fica uns tempos lá criando uma gordurinha e uma carne e quando ta no ponto de abate, eu vou lá na casa dele mato o porco e a gente divide as arroba. Isso é bom, porque comprar um porco até que dá, mais depois tem que alimentar, é mais complicado. (Depoimento de uma proprietária de Morro Vermelho, fala retirada do caderno de campo, 21/07/2008).

Eu tenho minhas galinhas aqui, tem pouca, mais sempre to colhendo bastante ovo, eu vendo de vez em quando, mas eu combinei com Maura, mulher do Sr. Paulo de levar pra ela de vez em quando umas cinco ou seis dúzias e em troca eu pego uns tomates do bom que eles produzem, nem preciso ir em Pedra do Anta pra comprar essas coisa, sempre dou um jeito. (Depoimento de uma meeira de Sumidouro, em 09/09/2008).

¹¹ A média de produção anual de milho de todas as propriedades afetadas das margens direita e esquerda soma a quantia de 6760 sacas, sendo que 31 propriedades produzem acima de 100 sacas. Já a produção anual de feijão das respectivas margens soma a quantia de 1448 sacas, sendo que 19 propriedades têm a produção acima de 100 sacas. As outras atividades produtivas representam o seguinte numero: tomate = 5.000 pés, mandioca = 4.000 pés, eucalipto = 9.000 pés. (NACAB, 2008)

Todos os moradores têm ao redor da moradia plantações de árvores frutíferas. Os quintais são grandes pomares de mangas, goiabas, caju, jaca, abacate, jabuticaba, mamão, banana e outros. As frutas servem tanto para alimentar as pessoas que moram na localidade ou por ali passam, como também serve de alimento para os animais domésticos e silvestres da região. Todas as áreas do quintal são utilizadas para plantar algo, as flores são um elemento que também valoriza a relação dos moradores com seu ambiente.

No que se refere à mão-de-obra utilizada no trabalho do cotidiano das propriedades, muitos agricultores contam com ajuda de parceiros, contratam pessoas que são da própria localidade e pagam o dia de trabalho, essa situação pôde ser identificada no depoimento de cinco proprietários. Somente duas propriedades da amostragem possuem empregados fixos (meeiros) que moram na propriedade.

Devido a característica de produtores familiares, a utilização do trabalho dos membros da família na produção e manutenção da terra pode ser observada em 6 depoimentos, alguns dos que contratam parceiros para ajudarem no trabalho também contam com a ajuda dos filhos, dos pais, da esposa no trabalho na propriedade, esse trabalho pode ser na plantação de alguma cultura como milho, feijão, como pode ser no momento de plantar o pomar de frutas, as hortaliças na horta. A presença dos demais membros da família como os filhos que trabalham na terra se tornam um elemento que indica que a mão-de-obra que compõe a produção no trabalho agrícola:

Tenho dois filhos que foram estudar em Viçosa, um fez zootecnia, outro fez administração, eles quiseram voltar pra cá porque não queria ter patrão, aqui tem mais autonomia, agora eles que comandam a produção de tomate, eles que tiveram a idéia de produzir tomate hidropônico, foram eles que montaram as estufas e acho que gostam de ficar aqui sim. (Depoimento de um proprietário de Cachoeira da Providência, entrevistado em 10/09/2008).

Um filho mora aqui do lado, viu a casa dele, é a que está do lado debaixo da estrada, ele sempre gostou e me ajuda sempre, ele tem colônia com o Sr. Antônio, mas ele é esperto e dá conta do serviço e produz a meia comigo. Tem o outro que coitado mora em Pedra do Anta, mas a vontade dele é de se mudar pra roça, ele vem todo fim de semana e me ajuda também. (Depoimento de um casal de proprietários de Sumidouro, entrevistado em 09/09/2008).

Considerando as atividades do dia-a-dia, as práticas de trabalho no cotidiano dos moradores das diferentes localidades são semelhantes, o trabalho masculino corresponde em cuidar do gado, fazer cerca, tirar o leite de manhã, trabalhar nas lavouras, limpar as plantações. As mulheres geralmente limpam a casa, cuidam da horta, alimentam as criações, juntam lenha, lavam roupa, enfim fazem os serviços concentrados na casa e no entorno da casa, mas algumas mulheres além de fazerem os serviços domésticos também colaboram no trabalho com a terra.

Quem trabalha mais pesado é os meninos, mas nós fazemos qualquer coisa, agora a Luzia cuida da casa, mas essa aí coitada já pegou no cabo da enxada, trabalho no sol quente também, eu durante o dia faço de tudo, mexo com os bois, vou tirar leite, corto braquiaria pros animais, e fim de semana eu não paro, se eu não trabalho fico em volta de casa fazendo alguma coisa.(Depoimento de um casal de proprietários em Sumidouro, entrevistado 09/09/2008).

Verifica-se também entre os agricultores a partir do contexto local, a procura de uma agricultura em que uma parte dos instrumentos, ferramentas, conhecimentos e técnicas sejam construídos por eles próprios, procurando assim depender cada vez menos das técnicas elaboradas pela abertura das relações capitalistas.

Segundo Fabrini (2008), o exemplo disso é visualizado na organização da produção centrada na intensidade do trabalho familiar e na não utilização de máquinas, que exige do agricultor uma série de conhecimentos das atividades no campo que contribui para um saber fazer. Este saber fazer, muitas vezes é transmitido pelo conhecimento de geração passadas, de pai para filho, e é exatamente essa característica que coloca a produção da agricultura familiar diferenciada e isso não deve ser desprezado em nome da modernidade e conhecimento científico. A figura 5 logo a seguir retrata a presença do conhecimento de saber fazer como alternativa de independência do agricultor.



Figura 6. Carro de tração animal utilizado para transportar a produção.
Autor: Aline Guizardi Delesposte, ano: 2008.

Também podemos evidenciar a relação particular com a natureza, verificada entre os agricultores da área, que possuem conhecimento sobre o clima, o calendário agrícola para planejar a produção, o aproveitamento natural das cheias do rio. Os moradores consideram o rio como principal companheiro de trabalho as falas a seguir elucidam para uma compreensão deste fato.

O rio desde que a gente tá aqui ajuda, nas épocas do final de ano que chove muito, essa várzea vive cheia, e isso dura até janeiro, fevereiro, em março já está na hora de plantar o feijão, aí você observa como que a água do rio que ficou ali deixa a terra boa que nem precisa adubar e nada, planta que nasce, a terra é boa graças a Deus. (Depoimento de um proprietário de Ilha da Garça, entrevistado em 09/09/2008).

Esse aproveitamento justifica por que as áreas mais utilizadas das propriedades para o plantio das culturas e para as pastagens do gado são as áreas de várzea (Figura 6) ou baixada, que se localizam próximas do rio. Essa proximidade torna as terras mais úmidas e férteis, pois na época das cheias essas áreas são alagadas e quando as águas retornam o volume normal deixam uma terra preparada com muitos nutrientes para o plantio e boa produção.



Figura 7. Área de produção agrícola nas várzeas próximas ao rio Casca.
Autora: Aline Guizardi Delesposte, ano: 2008.

O rio é considerado pelos proprietários e demais moradores (meeiros) como uma dádiva fundamental para suas propriedades, devido a função exercida durante o período das cheias como foi dito acima. É importante também para a dessedentação dos animais que ficam nas pastagens próximas das margens do rio, outro elemento que se destaca é a função de divisa das propriedades, todos os entrevistados disseram que com a presença do rio ali não é necessário fazer o cercamento do limite das propriedades, é uma divisa natural. A utilização de irrigação das lavouras com as águas do rio se apresentou nas falas de três entrevistados indicados a seguir.

A água do rio aqui tem que ter, eu tenho produzido arroz graças a água do rio, tem o brejo que fica na baixada, eu planto ali, abri umas valas, coloquei os canos e bomba puxando água para a plantação do arroz, agora tem que ver tá tudo verdinho. (Depoimento de um proprietário da Ilha da Jacutinga, entrevistado 09/09/2008)

O nosso café que está novo precisa de água, tem sol forte e não agüenta então a gente usa a água do rio para irrigar, tem bomba lá embaixo. (Depoimento de um casal de proprietários de Sumidouro, entrevistados 09/09/2008).

Já usei irrigação quando fiz a plantação de moranga lá no meu sítio, nossa vida minha lavoura de café agora tá formada e produzindo porque eu sempre irriguei tudo, se esse rio secar minha propriedade seca também. (Depoimento de um proprietário de Cachoeira da Providência, entrevistado 10/09/2008).

A gente não precisa fazer cerca nenhuma, tem o rio que já faz o papel de cerca, é a divisa da propriedade. (Depoimento de um proprietário de Cachoeira da Providência, em 10/09/2008).

No que diz respeito à presença de parentes da família que moram nas localidades, seis entrevistados disseram que possuem parentes de alto grau de parentesco morando nas proximidades, situação que facilita se acontecer algo, se precisar de ajuda tem alguém para recorrer. Apesar da proximidade das casas só acontecer em alguns pontos, pois há grandes espaços ocupados pelas plantações, a distância entre uma casa e outra não chega a 3 km, os vizinhos são vistos pelos agricultores como um ponto de apoio. Se necessitar de ajuda, qualquer coisa os vizinhos são muito solidários e dão auxílio, se precisar dar um recado, fazer uma ligação sempre tem jeito, um avisa pra um que avisa pra outro e assim por diante, todo mundo se ajuda, se tem alguém da comunidade que está doente logo procuram um jeito de ajudar pode ser com serviço, pode ser com oração. Os entrevistados consideraram como forma de lazer as visitas nas casas dos vizinhos, as conversas, os bate-papos no fim da tarde com os amigos.

Cabe expressar que identidade territorial cotidiana, também se configura no espaço vivido, no sentido de que pode haver apropriação possível dos espaços, isto é, espaços apropriados, abarrotados de sentidos e significados sociais e individuais para determinados sujeitos, que denotam suas identidades territoriais, o exemplo dessa a procriação se reflete na relação da população da comunidade com o rio.

O rio é considerado por todos os entrevistados como um local de beleza natural que valoriza a propriedade tornando-a mais viva e transformando a vivência no local em algo agradável. O rio também é caracterizado como sendo um lugar de reflexão, muitos vão até o rio para pensar na vida, para fazer suas orações, pra alguns o barulho da água nas corredeiras é como se Deus estivesse falando ali naquele momento com eles. É um local de encontro e união da família, pois sempre fazem piqueniques na beira do rio, assam peixe, passam os dias ensolarados se banhando.

Vou no rio sento na pedra e fico pensando na vida, eu rezo e fico ouvindo o barulho da água descendo as correntezas, também vou ali em baixo pra nadar na cachoeira, que é muito boa. (Depoimento de um proprietário de Cachoeira da Providência, entrevistado 10/09/2008).

O lazer que o rio proporciona aos moradores sem dúvida nenhuma é um elemento de destaque, em uma propriedade está localizada uma área de turismo, a “ilha

da Jacutinga” nesse local o proprietário construiu uma estrutura com bar, banheiros e camping para receber turistas que estão a procura de contato e descanso próximo da natureza, o proprietário disse que na época de verão ele recebe muita gente que vem de Viçosa, Pedra do Anta e da própria comunidade. Essa forma de complementação da renda no meio rural é denominada pelo termo pluriatividade¹² que é expressa na fala do agricultor.

[...] é uma forma de conseguir ganhar um trocadinho a mais não dependendo somente da produção agrícola (Depoimento do proprietário em Ilha da Jacutinga, entrevistado 09/09/2008).

Além disso, o rio é visto pelos demais entrevistados como local de representação do meio ambiente, fonte da vida, se faltar água em casa pode ir pegar a água do rio que é limpa para usar em casa, rio também proporcionar uma fonte de fornecimento de alimento, pois a grande maioria dos entrevistados disseram que tem o costume de ir pescar e que o rio ainda tem muito peixe.

Quando tá quente eu gosto de nadar todo dia, vou eu e meu marido nadar, não tem coisa melhor, acaba qualquer calor. Eu também pesco no rio, tem muita piabinha boa esses dias eu e minha filha pegamos umas 150 piabinhas. (Depoimento de uma proprietária de Morro Vermelho, entrevistada 10/09/2008).

O rio é aqui por baixo da casa, isso é uma tranquilidade, não tem coisa melhor do que ir dormir com o barulhinho da água nas corredeiras. Eu gosto de nadar também, quando tá quente eu sempre dou um pulo na água, principalmente de tarde depois da lida do dia, a gente sai dali renovado pro outro dia. (Depoimento de um proprietário em Sumidouro, entrevistado 09/09/2008).

Os companheiros que trabalha aqui comigo, aqueles gosta de pescar, a gente arruma umas iscas e vai de noite pro rio pescar bagre nos lugar mais raso do rio, a gente leva uma cachacinha e se não pega peixe a gente se diverte. (Depoimento de um proprietário de Ilha da Jacutinga, entrevistado 09/09/2008).

¹² A pluriatividade segundo CARNEIRO (2005), adquiriu importância na identificação das novas ruralidades no meio rural brasileiro, definindo-se como o aumento das atividades não-agrícolas no meio rural (e conformação das novas identidades sociais) e com a crise da agricultura no meio rural.



Figura 8. Vista do quintal de uma casa para o rio Casca.
Autora: Aline Guizardi Delesposte, 2008.

As festividades que os moradores freqüentam e que são oferecidas na comunidade estão mais ligadas à religião católica que é predominante nas localidades, dos entrevistados apenas um participa da Igreja Assembléia de Deus em Pedra do Anta. Durante as entrevistas, dez entrevistados falaram que participam das celebrações e missas que são realizadas nas capelinhas da Braúna e Morro Vermelho. Em algumas datas especiais como dia de Santa Rita de Cássia, dia das crianças, dia de Nossa Senhora Aparecida, dia de natal (nascimento de Jesus), sempre tem alguma missa, comemoração no sítio Santa Rita de Cássia em Sumidouro, e todos das comunidades vizinhas são convidados pelos proprietários a participarem das festividades e a presença da comunidade acontece mesmo. As falas demonstram bem como se dá a crença religiosa e participação da comunidade nas festividades.

Gosto muito de visitar as pessoas que estão doentes e que necessitam de oração e ajuda no plano espiritual, gosto de catequizar as crianças trabalho na catequese desde quando me mudei para Sumidouro. (Depoimento de uma meeira de Sumidouro, entrevistada 09/09/2008).

Os vizinhos e amigos nossos sempre participam das festas aqui em casa, chamo gente de toda parte e o pessoal vem mesmo, se tem alguma coisa sempre aparece alguém aqui em casa mais cedo se prontificando para ajudar em alguma coisa, é na limpeza do terreiro, é na ornamentação, quem tem muita flor em casa sempre traz. Esse fim de semana mesmo tem comemoração e procissão na beira do rio, vai ter bingo também para ajudar na reforma do telhado da capela de Braúna. (Depoimento de uma proprietária de Sumidouro, entrevistada 09/09/2008).

Dia de natal, dia de Nossa Senhora Aparecida, as pessoas da redondeza, quem mora aqui, nas comunidades menores, a gente junta e vai na comunidade de Braúna para missa. (Depoimento de uma meeira de Sumidouro, entrevistada 09/9/2008).

Ao longo dessa viagem de reconhecimento pela comunidade, pudemos conhecer melhor como é a vida dessa população, quais os sentidos que são dados aos locais freqüentados por essas pessoas, como as relações sociais se expressam na organização social. Vimos também o desvendamento das relações socioeconômicas no território comunitário, as práticas de produção e autoconsumo das famílias, a conformação deste território construído pelas práticas materiais e simbólicas dos agricultores no espaço.

Deste modo, são através dessas experiências culturais, seus modos de vida, seus saberes e fazeres vividos cotidianamente que podemos compreender como as identidades territoriais da comunidade se expressam em seus territórios. Mas, segundo as palavras de Haesbaert (2007), a identidade territorial só se concretiza a partir do momento que o reconhecimento territorial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo, e esse reconhecimento pode ser ativado e manifestado em diferentes momentos como instrumento de reivindicação política.

Sendo assim, a comunidade de Cachoeira da Providência ativou sua identidade territorial como estratégia política, de forma que, a manifestação de suas territorialidades atuou no posicionamento da população contra a barragem nas reuniões locais da AMABCP, também se revelou nas falas dos membros da comunidade no dia da audiência pública em Pedra do Anta diante dos órgãos ambientais, da empresa, prefeitura, das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais.

5.1. A manifestação da identidade territorial como resistência

A identidade territorial da comunidade quanto grupo organizado, surgiu do reconhecimento e da necessidade de defender o território, era necessário demonstrar o porquê continuar naquele território. Porque lutar contra um empreendimento que poderia modificar toda a existência simbólica e materializada dos agricultores no local. Por essa via de reflexão e ação em permanecer no lugar, em defender a comunidade, em priorizar a importância da terra que a luta pela resistência foi conduzida.

Neste momento a população passou a encarar a qualidade de vida que se leva na comunidade, valorizando seus modos de vida, suas propriedades, suas casas, a

paisagem natural que todos dispõem como o rio Casca. Enfim, o grupo passou a demonstrar nas reuniões da AMABCP e em outros espaços de diálogo que, com a instalação da hidrelétrica esse quadro harmônico de vida na comunidade se transformaria em algo negativo, marcado pela destruição dos recursos naturais, pela desarticulação da comunidade, pelo arrasamento das relações de vizinhança e de amizade, pelo enfraquecimento da produção agrícola que é fundamental para a sobrevivência e manutenção das famílias. As falas a seguir ilustram como esses elementos negativos iriam se apresentar diante da construção da barragem.

O desvio e o alagamento da água vai matar a obra de Deus, que é tão boa, esse rio, os peixes, é um absurdo. Quando a gente tem que fazer algum poço, o agricultor tem que correr atrás de um monte de lei pra cumprir e ainda tem que dar uma área da propriedade pra preservar, agora quando é uma empresa que vai construir uma barragem que destruir tudo, o governo ainda ajuda. (Depoimento de um proprietário de Sumidouro, entrevistado 09/09/2008).

Essa barragem vai trazer muita desgraça pra nós que vive junto da natureza, não traz benefício nenhum, vai ter é prejuízo ambiental pra comunidade e só a gente que vai sentir isso. (Depoimento de um proprietário de Cachoeira da Providência, entrevistado em 10/09/2008).

A destruição do solo que é tão fértil vai acontecer, o rio que a gente tem com fartura de peixe e água vai acabar. Vai destruir as famílias. As pessoas lutam tanto pra conseguir uma terra que não tem dinheiro que pode pagar. (Depoimento de uma meeira em Sumidouro, entrevistada 10/09/2008).

Esse rio traz saúde, impuro ele não é, tem água boa. E essa barragem vai trazer é pobreza nós que vive dependendo do rio pra molhar nossa terra, deixar ela boa. (Depoimento de uma proprietária de Morro Vermelho, entrevistada 10/09/2008).

Vai dar tudo errado, a gente que é velha não vai agüentar ter que ir pra cidade, lá não tem nada pra fazer, vai acabar morrendo de desgosto. (Depoimento de um casal de proprietários de Sumidouro, entrevistado 09/09/2008).

Vai chegar doença na comunidade, essa água de represada não é boa. Vai atrapalhar principalmente os jovens, esses vão acabar procurando prostituição, drogas, além do rio que vai secar. (Depoimento de uma meeira de Sumidouro, entrevistada 09/09/2008).

A melhor coisa que temos aqui a barragem vai tirar, que é a terra, os vizinhos, os amigos, os sonhos, essa comunidade que tem tanta união, as pessoas sempre estão juntas na missa, nas festas, nas

reuniões da AMABCP. É muito triste. (Depoimento de um proprietário de Ilha da Jacutinga, entrevistado 09/09/2008).

Muitos vão ter que sair de suas terras, suas casas, vão se mudar da comunidade e ela vai ficar fraca, com pouca gente, eu não quero perder amizade do meu vizinho, ele é importante pra mim, gosto de ir na casa dele conversar, se ele mudar daqui tudo isso vai acabar. (Depoimento de uma proprietária de Morro Vermelho, entrevistada 10/09/2008).

Todas estas falas revelam a compreensão dos ameaçados em reconhecer que o sentido do lugar, as relações de caráter expressivo e afetivo construídas e enraizadas nas práticas cotidianas da população ameaçada são fatores que incentivam a luta de resistência e se mostram como revelações que podem contribuir para a construção política e desenvolvimento de ações coletivas.

A ação coletiva da AMABCP também contribuiu e potencializou politicamente para que no dia da audiência pública realizada em 2008 para definir o processo de concessão da construção da barragem, a população de Cachoeira da Providência se manifestasse contra a barragem, mostrando através de suas falas que não gostariam de deixar a comunidade e que as mudanças que poderiam ocorrer com a construção da barragem. É importante trazer à tona tais manifestações para que fique destacado o papel das identidades territoriais no processo de luta e resistência.

[...] hoje eu venho falar do que sou, um agricultor, com uma família criada na terra, pela terra, com os frutos que ela produziu, e isso por causa do meu trabalho, do trabalho de minha mulher, de meus filhos. Nada que eu tenho lá na minha terra, o pé de feijão, de milho, o pé de fruta, a horta, a lavoura pronta essa empresa olhou, não viu, não sabe como foi difícil construir aquilo tudo. Eu não quero sair de lá e não vou sair mesmo. Não tem valor de indenização nenhuma que pague por aquele pedaço de chão, não tem indenização que pague a alegria de morar num lugar daquele, que vocês (a empresa) falaram que tá acabado sem futuro. (Depoimento de um proprietário ameaçado pela PCH, na audiência 28/08/2008).

[...] foi difícil achar uma terra tão boa assim pra comprar, era um sonho. O que tinha lá era mato, e foi aos poucos que eu, meu marido, meus pais transformamos aquela terra num lugar com uma casa, com um pomar cheio de árvores, com aquele monte de flor. Lá era uma tranqüilidade, era uma certeza de que tudo que a gente tá fazendo, tá plantando a gente daqui uns anos ia ver os frutos. Mas essa hidrelétrica veio pra tirar essa certeza da gente, e isso é ruim demais porque se você não sabe o futuro como pode planejar as coisas. Mas desse mal de não saber o futuro eu já nem sofro mais, porque hoje vocês todos aqui presentes tão vendo que meu sonho

ainda continua, e o sonho de toda a comunidade também [...] meus pais ainda vão poder ir continuar trabalhando lá que é o que eles adoram fazer, vão poder ver os frutos do pomar que eles plantaram, porque nós não vamos deixar que muro de barragem nenhum enterre esse nosso sonho. (Depoimento de uma proprietária ameaçada pela PCH, na audiência 28/08/2008).

Nós não estamos aqui pra brincadeira não, vocês (empresa) não estão mexendo com jeca da roça não, a gente é organizado já estamos sabendo de tudo que vocês tão querendo fazer e a gente sabe que não é coisa boa. Por isso nossa comunidade se organizou com o pessoal da universidade lá pra fazer o levantamento e mostrar que a nossa terra vale muito mais do que vocês tão achando. E se depender da gente não vai ter barragem nenhuma, nossa prefeita ta qui e já falou que não aceita vocês destruí o que Cachoeira da Providência tem de melhor, o rio Casca, as nossas terras, a nossa gente. (Depoimento de um proprietário ameaçado pela PCH, na audiência 28/08/2008).

Eu to aqui como presidente da AMABCP representando todos que estão aqui presentes, que sempre participaram de nossas reuniões, pra lembrar que vocês (empresa) já estão tentando aprovar esse projeto desde 1996 e até hoje não conseguiram, não mostraram serviço porque vocês fizeram todos os levantamentos faltando alguma coisa, tudo com erro. Vocês ai do COPAM que tão ouvindo a gente, e já ouviram aqui quanto erro ainda tem nesse estudo, agora isso mostra que essa empresa não quer trazer nada de bom pra comunidade, só quer ganhar dinheiro e vender energia pra fora, e a gente é que vai pagar por tudo isso, porque não vamos ter o que temos em outro lugar, nós conhecemos muito bem como essa laia de capitalista encara um agricultor. (Depoimento de um proprietário ameaçado pela PCH, na audiência 28/08/2008).

Por fim, podemos observar que a comunidade se apoiou nas suas identidades territoriais que foram explicitadas pelo modo de vida e pelas formas de produção e reprodução social, relações de vizinhança, parentesco, amizade. E a manifestação desses elementos proporcionou uma coerência na organização da AMABCP demonstrando assim que a resistência partiu de um reconhecimento de que suas identidades como agricultores e ameaçados pela barragem fizeram a diferença na resistência contra o projeto. Essas manifestações tiveram grande importância para que o COPAM emitisse um parecer que avaliasse realmente a viabilidade do projeto de construção da PCH de Cachoeira da Providência.

Considerações finais

Conforme procuramos mostrar no desenvolvimento deste estudo, a construção material e social do território transformado em local de representações identitárias pelos seus moradores, pode ser tomada como referência na formação de uma resistência, em que grupos sociais afirmam sua territorialidade e seu território através de uma articulada rede de interações entre os mais diversos atores e instituições sociais.

No caso analisado, a população ameaçada pelo projeto de construção da PCH Cachoeira da Providência, começou se articular em torno de uma resistência contra esse empreendimento devido à ameaça de perda de seu território. Assim, o grupo passou por um processo de reconhecimento de sua identidade territorial a partir do momento que a referência territorial, construída pelas relações materiais e simbólicas tornaram-se o referencial de pertencimento dos agricultores com seu lugar, com sua propriedade, com sua comunidade (HAESBAERT, 2007).

Os dados apresentados na pesquisa confirmaram esta valorização do território dos agricultores, pois esses começaram a evidenciar seus modos de vida, a importância de sua relação com a terra, a reprodução econômica e social. Também passaram a valorizar as relações de solidariedade que sustentam as relações de amizade, parentesco, vizinhança, relações com o ambiente natural e lazer, das festividades, de organização.

É importante destacar que todos estes elementos que se manifestavam de forma subjetiva começaram, ou seja, estavam presentes na forma de vida dos agricultores, mas que não se revelavam. E com a necessidade de valorizar o que era seu, os agricultores começaram destacar que a luta pelo seu território é motivada porque é onde construíram suas vidas, é o lugar que todos se conhecem, é o lugar da produção e reprodução social e econômica. Enfim, esse reconhecimento passou a se apresentar entre os membros da comunidade como afirmação de uma identidade coletiva, todos se reconheciam como agricultores de Cachoeira da Providência.

Entendemos que a identidade territorial ganhou em relevância como instrumento para fortalecer a unidade da comunidade e suas estratégias de luta contra o empreendimento. Esta perspectiva aponta que a identidade territorial se mostra indispensável para o surgimento de reações defensivas contra as condições impostas, neste caso pela construção da barragem.

A ação coletiva que se evidenciou depois desse reconhecimento de pertencimento à comunidade foi a criação de uma associação, a AMABCP. Através da AMABCP os membros da comunidade começaram se unir e somar forças para o enfrentamento da situação que colocava em risco a manutenção de suas formas de vida.

Depois desse fato, começa então a se esboçar um processo de emergência das resistências, esse fortalecimento se apresentou com maior força depois que os ameaçados da comunidade estenderam suas articulações de luta. Assim que procuraram outros sujeitos para atuarem junto da população no processo de reivindicação política, o fortalecimento da comunidade aumentou.

Estes sujeitos foram os movimentos sociais como MAB, populações vizinhas que já foram afetadas por outras hidrelétricas, CPT, ASPARPI, PACAB e organizações da sociedade civil. Que lutavam pela defesa do território dos agricultores ameaçados construindo uma base de formação e fortalecimento da organização local. Devido às diversas reuniões realizadas na comunidade para que se solidificasse essa resistência, a população ameaçada foi desenvolvendo uma capacidade de se articular com outros movimentos de resistência contra as barragens que estava surgindo na Zona da Mata Mineira.

Estas redes de relações sociais contribuíram para o empoderamento e organização da comunidade ameaçada, pois através das trocas de experiências de luta contra as barragens, as trocas de estratégias para resistir, o esclarecimento do processo de licenciamento ambiental, foi possível demonstrar que a luta contra um empreendimento hidrelétrico através da organização da comunidade pode impedir a aprovação da barragem.

Devido essas articulações a AMABCP se apresentou diante da empresa e dos órgãos ambientais no dia da audiência pública se mostrando articulada e resistente ao processo de instalação contra a barragem. Os sujeitos envolvidos também apresentaram vários estudos que demonstravam a inviabilidade do projeto que se propunha para a Cachoeira da Providência. Depois disso, o COPAM resolveu dar o indeferimento do projeto que apresentava várias falhas.

Em 2008 com o retorno do projeto de construção da hidrelétrica só que agora de uma PCH, a resistência da comunidade diante do projeto permaneceu, passaram novamente a afirmar suas identidades territoriais, só que agora a resistência se mostrou mais concentrada na comunidade devido à ausência e diminuição da atuação de outros sujeitos. A comunidade passou se articular através das redes sociais internas, vizinhos,

família, mas também com atores externos, principalmente o PACAB, NACAB, prefeitura de Pedra do Anta.

Os atuais atores relacionados juntamente com a população demonstraram sua posição contra o empreendimento no dia da audiência pública, mostraram que ainda existiam diversos erros nos estudos realizados pela empresa e que agora mais do que nunca esse empreendimento não poderia ser construído na comunidade devido uma série de impactos que poderiam surgir e que não foram apresentados no EIA.

Dessa forma o COPAM avaliou o projeto e todas as falas que se apresentaram na audiência pública, viram que a comunidade tinha manifestado contra e mostrou porque não queria sair da comunidade onde sempre viveu, o órgão também considerou que a empresa havia errado gravemente em seus estudos e consideraram a fala da prefeita que disse não ter sido consultada pela empresa para construir um projeto de hidrelétrica no município.

Nesse contexto de resistência e articulação diante do processo de licenciamento ambiental o COPAM deu o encerramento do processo com o indeferimento da LP para a empresa ENERGISA. Acreditamos que ao longo do processo de 14 anos tentativa de instalação da hidrelétrica em Cachoeira da Providência a identidade territorial se tornou principal elemento de coesão social fomentando a sociabilidade e solidariedade que expressa a proliferação de ações alternativas que pulverizam e negam as políticas econômicas globais. As redes de relações sociais tornam-se fundamentais no processo de luta e resistência contra a barragem.



ERROR: undefined
OFFENDING COMMAND: f'~

STACK: